

## **Escolas, Competição e Colaboração: que perspetivas?**

Num cenário de grande turbulência e de assinaláveis incertezas assiste-se, um pouco por todo o Mundo, a uma reconfiguração dos papéis do Estado e a alterações na relação de forças entre os setores público e privado. Neste cenário de crise, as políticas sociais estão a ser objeto de grandes tensões pois, quanto mais necessárias se tornam, mais mitigados são os recursos nelas investidos.

Os sistemas públicos de educação, até pelo peso que representam nos orçamentos estatais, têm sido objeto de questionamentos sucessivos que desafiam a sua legitimidade. Aumenta a pressão no sentido da prestação de contas e da análise custo-benefício da política social exercida pelo Estado no setor da educação, ao mesmo tempo que se assiste a discursos de valorização do privado e depreciação do estatal. Também na agenda política portuguesa estas questões são objeto de grande centralidade. Sabendo-se, pela experiência internacional neste domínio, que quando um país envereda por políticas de liberdade de escolha na educação essa tendência é irreversível, cremos que valerá a pena debater e esclarecer em profundidade estes fenómenos.

O binómio público-privado, relativamente às políticas sociais em geral e, em particular, na educação, está na ordem do dia. Entre aqueles que defendem a educação como um bem público que cabe ao Estado assegurar e os que defendem a livre escolha da escola num mercado em que escola pública e escola privada competem em pé de (des)igualdade, há um mar de argumentos e de interrogações.

Também no contexto específico de cada escola, as questões da competição e da colaboração não podem ser esquecidas. Elas estão presentes, entre outras dimensões, no clima de escola, no trabalho docente e no modelo de educação desenvolvido com os alunos. Poderá questionar-se se os processos de ensino e de aprendizagem em uso (decretados e praticados...) vão no sentido da formação de cidadãos colaborantes e solidários, ou competidores e solitários.

Este simpósio visa convocar uma variedade de investigações e análises das políticas, no panorama nacional e internacional, sobre o triângulo complexo das relações entre Escolas, Competição e Colaboração que possam contribuir para o esclarecimento sobre a atualidade e as perspetivas que se esboçam.

Relativamente à apresentação de comunicações, foram selecionadas aquelas cujos resumos manifestam a qualidade necessária a um evento desta natureza e que se alinham inequivocamente com a temática do Simpósio, tendo em conta os seguintes eixos temáticos:

1. Políticas
2. Alunos
3. Professores
4. Escolas

A comissão organizadora

**Alexandre Ventura**  
**Jorge Adelino Costa**  
**António Neto-Mendes**



## Programa

### 5ª Feira | 26 Abril 2012

09.30h Distribuição de documentação  
10.30h Sessão de abertura  
11.15h Conferência – **Antonio Bolívar** | Nova governação em educação: competição versus colaboração | Moderador: **Jorge Arroiteia**  
12.00h Debate  
12.30h Almoço  
14.30h Conferência – **Carlos Estêvão** | Justiça em educação na era dos mercados: entre a competição e a colaboração | Moderador: **Jorge Adelino Costa**  
15.15h Debate  
15.30h Pausa  
16.00h Comunicações  
18.00h Apresentação de livros  
20.00h Jantar do Simpósio

### 6ª Feira | 27 Abril 2012

09.30h Conferência – **Alexandre Ventura** | Investimento privado no capital humano: o caso do mercado educativo | Moderadora: **Nilza Costa**  
10.15h Debate  
10.30h Pausa  
11.00h Comunicações  
13.00h Almoço  
14.30h Conferência – **António Magalhães** | A nova governação e a reconfiguração das políticas educativas: entre a “competição” e a “escolha” | Moderador: **António Neto-Mendes**  
15.15h Debate  
15.30h Pausa  
16.00h Comunicações  
18.00h Sessão de encerramento

Todas as Conferências (sessões plenárias) decorrerão no Anfiteatro do Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro



## Comunicações

### Dia 26 (Quinta-feira) das 16 horas às 18 horas

#### **Sala 18.1.8 – Coordenadora: Estela Lamas**

##### **Eixo temático – Alunos**

1. A mediação socioeducativa entre o contexto desportivo e o contexto escolar – Daniela Helena Alves Freitas, Sara Filipa Silveira Pinheiro e Sofia Marques da Silva
2. Gestión de aula y desarrollo de competencias en educación infantil – Isabel M<sup>a</sup> Gallardo Fernández
3. A educação holística – um caminho para a cidadania activa e consciente na era da globalização – Estela Lamas, Margarida Gomes e Anabela Maria
4. O direito do aluno à participação no contexto escolar – Filomena Sobral e Lídia Grave-Resendes
5. O recurso por parte dos alunos a apoio educativo fora da escola: análise comparativa entre Lisboa e Brasília – António Neto-Mendes, Andreia Gouveia e Catarina Rodrigues

#### **Sala C.2.22 – Coordenador: Manuel Ferreira Rodrigues**

##### **Eixo temático – Escolas**

6. A escola sob o olhar dos alunos dos cursos de Educação e Formação – Magda Mesquita e Lídia Grave-Resendes
7. Governo das escolas e estilos de liderança - Maria Margarida da Rocha Barbosa
8. Rankings das escolas, seletividade e fabricações – Fernanda Martins
9. Na senda da liderança colegial: uma análise a partir dos projetos de intervenção dos diretores - Dora Fonseca de Castro e Jorge Adelino Costa
10. Liderança na escola: um processo de equipa – Lucybel Jardim da Silva
11. O fator da adaptabilidade na avaliação das escolas em Portugal – João Manuel Banha Correia
12. Escolas e associações culturais: novos caminhos para a cooperação e o desenvolvimento local – Manuel Ferreira Rodrigues
13. Exames nacionais e currículo básico na escola brasileira - Guilherme Lemermeier Rodrigues

#### **Anfiteatro de Ambiente – Coordenador: Eusébio Machado**

##### **Eixo temático – Professores**

14. Competição vs colaboração, em contexto escolar – que rumo para a educação? – Cármen Maria Martins Nogueira e Estela Pinto Ribeiro Lamas
15. Violência nas organizações escolares da RAM: quando os professores são as vítimas... – Mónica Gonçalves, António Bento e Maria Isabel Ribeiro
16. Formar o profissional em contextos de dispersão da sua atividade docente. Contributos da literatura – Ana Paula Rocha e Maria Helena Salema

17. O supervisor na educação pré-escolar – um olhar multidimensional numa instituição de educação e ensino particular e cooperativo – Joana Torres de Osório
18. A gestão da pesquisa no espaço escolar e as implicações para a construção do conhecimento pedagógico e democratização do ensino – Maria Iolanda Fontana, Marcia Regina Mocelin e Naura Syria Carapeto Ferreira
19. A supervisão pedagógica na avaliação do desempenho docente: entre a intenção e a ação – Fátima Mesquita-Alves, Jorge Adelino Costa e Nilza Costa
20. Equidade e objetividade na avaliação do desempenho docente: a construção dos instrumentos de registo – Fátima Loreta da Vila e Silva e Eusébio André da Costa Machado

**Sala C.3.27 – Coordenador: Henrique C. Ferreira**

**Eixo temático – Políticas**

21. Os projetos de intervenção dos diretores de escola como projetos individuais de intenções de governo da escola – Filinto Lima, Elisabete Ferreira e Rui Trindade
22. Uma reflexão sobre o EaD no Brasil – Fausto dos Santos Amaral Filho
23. Políticas educativas e curriculares: de um currículo organizado por competências a um currículo organizado em função de metas – Maria de Lurdes Godinho
24. Competição vs colaboração: a relação paradoxal entre as políticas educativas e a investigação educacional – Magda Pinto Elyseu Mesquita
25. Qualidade educativa e atenção à diversidade: a visão de alguns docentes – M. Melo, E. Pinto da Costa e N. Pereira
26. Competição e colaboração: par dicotómico ou duas faces da mesma moeda? – António A. Neto-Mendes
27. Gestão escolar – um estudo comparativo entre Brasil e Portugal – Rosilania Macedo da Silva
28. Reconfigurações das dinâmicas de gestão escolar num concelho do extremo do Nordeste de Portugal – Henrique C. Ferreira

**Dia 27 (Sexta-feira) das 11 horas às 13 horas**

**Sala C.3.4 – Coordenador: José Augusto Palhares**

**Eixo temático – Alunos**

29. Contrastes entre políticas e práticas de equidade na escola: a perspectiva dos alunos – Aline Seiça e Maria de Fátima Chorão Sanches
30. As boas escolhas... dos bons estabelecimentos de ensino: lógicas de ação de alunos e famílias no momento da escolha do estabelecimento de ensino – Ana Patrícia Almeida
31. El valor educativo de las TIC en un aula de formación profesional – Antonio Fabregat Pitarch e Isabel M<sup>a</sup> Gallardo Fernández
32. A narrativa da excelência na escola pública portuguesa: os sentidos da socialização escolar – Leonor Lima Torres e José Augusto Palhares
33. Bullying na Idade Pré-Escolar: desafio para instituições públicas e privadas – Rosangela Ventura e Alexandre Ventura

34. Os quotidianos escolares e não-escolares da excelência académica na escola pública  
– José Augusto Palhares

**Sala C.2.22 – Coordenador: Joaquim Machado**

**Eixo temático – Escolas**

35. Da reorganização de turmas à melhoria dos resultados escolares: evidências projeto TurmaMais – Hélio Salgueiro, Ana Cristóvão e Isabel Fialho
36. O código de acesso da psicologia escolar: trilhando caminhos com a equipe gestora – Ana Paula Petroni e Vera Lucia Trevisan de Souza
37. A renovação do contrato de autonomia na ES/3 João G. Zarco: dúvidas, certezas e desafios – José Manuel Pinto Ferreira e Paulo Delgado
38. O ensino profissional na escola secundária pública – via para o sucesso ou atalho para a exclusão? – Eduardo Serrão e Paulo Delgado
39. A ritualização da distinção académica: o efeito cultura de escola – Leonor Lima Torres
40. A autonomia e organização do trabalho docente – a perspectiva da diretora de uma escola com projeto Fénix – Rosa Maria Pereira de Carvalho e Joaquim Machado
41. Escola-família-comunidade: uma relação vital para a melhoria da ação educativa – Maria Martins e Teresa Sarmento
42. Impactos das avaliações sistêmicas: países distantes realidades próximas – Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino, José Alberto Correia e Fernando Selmar Rocha Fidalgo

**Anfiteatro de Ambiente – Coordenadora: Elisabete Ferreira**

**Eixo temático – Professores**

43. Avaliação do desempenho docente: conflitualidade e colaboração – Ana Cristina Salgueiro e Jorge Adelino Costa
44. “Preciso de carinho”: relações, sentimentos e lideranças partilhadas nos caminhos da docência – Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino, Sónia Mendes Barbosa e Elisabete Ferreira
45. Pedagogia online: abordagem intercultural sobre os discursos de integração das tecnologias da informação e comunicação à educação em Portugal (2005-2010) – Maria Neide Sobral e Natália Ramos
46. A autoconsciência dos comportamentos dos professores – na escola não há inocentes – Augusta Veiga Branco, Celeste Antão e Maria Ribeiro
47. Lógicas supervisivas em contexto de avaliação do desempenho docente: um estudo sobre as perceções dos avaliadores e dos avaliados – Ana Lurdes Ribeiro Marcos e Eusébio André da Costa Machado
48. O uso das tecnologias no ensino das ciências em cursos de natureza profissionalizante: promoção da colaboração ou da competição? – Henriqueta Costa e Isolina Oliveira
49. Liderança ou lideranças nas escolas? – Helena Aleluia, José Fragoso, Liliana Sousa e Lídia Grave-Resendes

### **Sala 18.1.8 – Coordenadora: Florbela de Sousa**

#### **Eixo temático – Políticas**

50. A contratualização da autonomia das escolas: o público e o privado em questão – José Hipólito
51. Gestão intermédia em departamentos curriculares: coordenação e liderança nas práticas educativas – Fernanda Maria Rodrigues da Silva Macedo
52. Redes e parcerias para a melhoria das escolas: a colaboração como novo paradigma? – Florbela de Sousa e Paulo Bernardo
53. Colaboração na elaboração do projeto político pedagógico, uma perspectiva democrática – Danieli Helena Rampelotti
54. Das políticas educativas às práticas curriculares – Carla Lacerda Marques
55. O real, o aparente e o imediato: a situação da educação pública brasileira no plano de desenvolvimento da educação e a melhoria da qualidade de ensino – Valeria M. Brasil, Claudia D Bianchi e Daniel Vieira da Silva
56. Redes sociais e políticas: genealogia das políticas públicas de educação sexual – Carla Cibele Figueiredo
57. Contratos de autonomia das escolas no sistema educativo público português: dinâmicas organizacionais promovidas pela contratualização – Armando Cunha e Nilza Costa

### **Sala C.3.27 – Coordenador: Naura Syria Carapeto Ferreira**

#### **Eixo temático – Políticas**

58. Avaliação externa, autoavaliação e rankings das escolas: competindo pelos melhores resultados – António Amaral Fonseca e Jorge Adelino Costa
59. As políticas públicas e a gestão pedagógicas das TICS: reflexões sobre o modelo Brasil/Portugal – Ronaldo Nunes Linhares, Maria José Loureiro e Fernando Ramos
60. Gerencialismo ou gestão democrática: o banco mundial e a avaliação da educação básica num estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS, Brasil – Berenice Corsetti
61. (Re) construção das políticas de avaliação docente em contextos da prática: processos de não-linearidade, interdependência e adaptação complexa – Maria de Fátima Chorão Sanches e Manuela Jacinto
62. Do Estado (não) educador aos agentes educativos gestores de emoções – Augusta Veiga Branco, Maria Ribeiro e Celeste Antão
63. Contributos das abordagens das redes sociais para o estudo das relações entre escolas – Sofia Viseu
64. Preconceito, identidade, respeito e a gestão da formação humana: por uma cidadania plena – Naura Syria Carapeto Ferreira, Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato e Márcia Mocelin
65. Gestão democrática na escola: entre o saber e o fazer – Fatima Aparecida da Silva locca



**Dia 27 (Sexta-feira) das 16 horas às 18 horas**

**Anfiteatro de Ambiente – Coordenador: António Bento**

**Eixo temático – Escolas**

66. Que aconteceria às escolas, num mercado de ensino, caso não apresentassem um perfil de eficácia e eficiências nas disciplinas nucleares? – José Alberto Lourenço Gonçalves Martins
67. La mejora de la escuela desde el asesoramiento educativo – Beatriz Barrero Fernández
68. A autonomia das escolas básicas do 1º ciclo com pré-escolar da região Autónoma da Madeira – da teoria à prática – Ana Sofia Quintaneiro, Alice Mendonça e António V. Bento
69. A natureza transformacional da liderança instrutiva – Leonel António Ferreira Braz Rodrigues
70. A micropolítica escolar: liderança, jogos de poder e conflitos – Klara Fernandes
71. Interfaces entre trabalho e gestão escolar nos discursos de professores: a escola descrita pelos gestores do pedagógico – Liliana Soares Ferreira
72. Sucesso escolar e os rankings das escolas no ensino da matemática: um estudo exploratório na Região Autónoma da Madeira (RAM) – António Bento, Maria Ribeiro e Regina Valente

**Sala C.2.22 – Coordenadora: Graça Jegundo Simões**

**Eixo temático – Escolas**

73. O gestor e os modelos de gestão nas escolas privadas e nas escolas públicas – Luís Manuel Torres de Almeida Tavares e Cláudia Maria Amaral Teixeira
74. O clima de escola visto pelos alunos – Lurdes Dias e Lídia Grave-Resendes
75. A voz de alunos das Escolas Maristas acerca da educação pela presença – António Leal Jorge e Lídia Grave-Resendes
76. Pedagogia social: estudos preliminares em educação continuada e em educação comunitária – Pedro Moreira da Silva Neto e Maria Sara de Lima Dias
77. Como podem as escolas criar valor – uma abordagem teórica exploratória – Maria Cristina Coimbra
78. Implementação da educação sexual nas escolas públicas: dificuldades, constrangimentos e desafios – Graziela Raupp Pereira, Rosana de Sousa Patané e Cristiana Pereira de Carvalho
79. Autoavaliação da escola: indiferença, dominação e emancipação – Graça Maria Jegundo Simões

**Sala 18.1.8 – Coordenadora: Fátima Antunes**

**Eixo temático – Professores**

80. Avaliação do trabalho docente em Educação – o ensino e a aprendizagem das línguas – culturas estrangeiras – Paula Vinhais, Marta Abelha e Isabel Vaz de Freitas

81. Espaços formativos e culturas departamentais: uma reflexão sobre possibilidades de emergência de uma colaboração transformadora – Luciana Mesquita e Ana Sofia Pinho
82. A colaboração e as equipas educativas como ferramenta da assessoria – Manuel Alexandre Alvelos Marques
83. Dinâmicas do “Jogo” da avaliação do desempenho docente: lógicas de competição e colaboração entre pares – Henrique M. Pereira Ramalho e Carla L. Marques
84. O trabalho dos professores - Elsa Rodrigues
85. Competitividade e avaliação. O trabalho de professores e alunos em questão – Fátima Antunes e Virgínio Sá
86. Individualismo e colaboração dos professores em situação de formação – Elza Mesquita, João Formosinho e Joaquim Machado

**Sala C.3.27 – Coordenador: Patrícia Castanheira**

**Eixo temático – Políticas**

87. Mercantilização da educação. Uma análise ancorada no caso português – Pedro M. Patacho
88. A “escola a tempo inteiro” – monopolização de um serviço público de educação pela escola pública e formas de privatização – Carlos Pires
89. Horizontes, políticas e Upgrades para o futuro da governação da educação na RAM – Eduardo Alves e Klara Fernandes
90. As escolas comunitárias de Luanda: um contributo para o desenvolvimento sustentável de Luanda – Carolina Mendes
91. As parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor e a nova governação da Educação Pré-Escolar em Portugal – Maria Emília Vilarinho
92. Discursos e contextos de liderança: competitividade e semânticas “contáveis” no modelo escola-empresa-mercado – Sandra Figueiredo, Patrícia Castanheira e Jorge Adelino Costa
93. Argumentos de escolha e hierarquias de excelência: racionalidades plurais na arena educativa – Virgínio Sá e Fátima Antunes
94. A avaliação de escolas como factor de competição: uma tendência futura? – Patrícia Castanheira

# Resumos das Comunicações



## 1. A mediação socioeducativa entre o contexto desportivo e o contexto escolar

**Daniela Helena Alves Freitas**

**Sara Filipa Silveira Pinheiro**

**Sofia Marques da Silva**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto/ Centro de Investigação e de Intervenção Educativas

**E-mail de contacto:** daniela.freitas@fcporto.pt

**Resumo:** Esta comunicação resulta de uma reflexão em torno da experiência do Mestrado Profissionalizante em Ciências da Educação, realizado na Escola de Futebol Dragon Force do Futebol Clube do Porto, no ano lectivo 2009-2010, sob a orientação local do Departamento Pedagógico do FCP. O estágio desenvolveu-se predominantemente em torno de dois projetos: i) conceção, gestão e dinamização do *Espaço Aberto*; ii) mediação socioeducativa no âmbito Projeto Bolsa de Mérito *Dragon Force*, desenvolvendo-se um trabalho de comunicação interinstitucional envolvendo famílias, departamento pedagógico e escolas, no sentido de contribuir para a promoção do sucesso escolar de jovens das equipas de competição. Esta comunicação organiza-se em torno desta última forma de mediação desenvolvida e procuramos discutir a relevância da mediação socioeducativa em contexto desportivo no sentido de promover o sucesso dos estudantes, ou seja, o papel da mediação entre a relação com a Escola e o Desporto de Competição. Assim, o processo de mediação socioeducativa (Correia e Caramelo, 2010) assentou na triangulação entre a *Dragon Force*, a escola e os alunos, sendo que o mesmo atravessou diferentes fases. Compreende-se que se trabalhou no sentido de se «criar uma cultura de mediação» (Caldeira, 2008), princípio que parecia interessante para a existência de uma relação positiva entre a escola, crianças e jovens (incluindo a família) e o clube. O Projeto Bolsa de Mérito *Dragon Force* tinha como finalidade acompanhar e estimular os jovens para a importância da escola, mesmo quando *fascinados* pelo mundo do futebol (Pinheiro, 2010). A construção de uma relação de confiança com os jovens, em que se apostou na demonstração da pertinência da escola foi um ponto fundamental para o sucesso deste projeto.

## **2. Gestión de Aula y desarrollo de competencias en educación infantil**

**Isabel M<sup>a</sup> Gallardo Fernández**

Universitat de Valencia

**E-mail de contacto:** isabel.gallardo@uv.es

**Resumo:** En esta Comunicación se presentan los Proyectos de Trabajo como propuesta educativa para generar contextos de aprendizaje y desarrollar competencias en educación infantil.

Aspiramos a que lo que se viva en el aula tenga en sí mismo, valor educativo e intelectual, más que instrumental; es decir, las experiencias que se desarrollan en el aula no pueden pensarse solamente como un medio para alcanzar determinadas metas sino como el medio en el que se viven experiencias en si mismas gratificantes. Para ello generamos en educación infantil situaciones de aula que provoquen el debate y la reflexión favoreciendo así la relación y discusión de las ideas propias y de las de los otros. Es una forma de aprender a ser críticos, a respetar a los otros y a respetarse a si mismo. Todo ello genera una determinada manera de entender las relaciones en el aula y el papel del profesorado y los alumnos en ella. Desde esta perspectiva, la clase no es solamente el lugar en el que se aprende, sino también el lugar del que se aprende y, a la vez, parte de lo que se aprende.

Asumimos la perspectiva de una enseñanza democrática, en un ambiente de autonomía, libertad y ayuda mutua que facilita el intercambio de saberes y la construcción del conocimiento del alumnado de educación infantil.

La propuesta que hacemos, el trabajo por Proyectos, se fundamenta en el análisis e interpretación de la información, y en promover una perspectiva basada en la comprensión y en la construcción de significados. Sabido es que los aprendizajes de los niños/as abarcan simultáneamente distintos campos del desarrollo humano por lo que se requiere una enseñanza integral y una concepción del curriculum transdisciplinar posibilitando así, la construcción del pensamiento complejo.

El trabajo por proyectos requiere trabajar en colaboración con otros manifestando actitudes favorables hacia el trabajo y la convivencia desde el fomento de la creatividad y el desarrollo de la autonomía.

### **3. A educação holística - um caminho para a cidadania activa e consciente na era da globalização**

**Estela Lamas**

**Margarida Gomes**

**Anabela Maria**

Instituto Piaget; Universidade de Santiago de Compostela

**E-mail de contacto:** elamas@gaia.ipiaget.org

**Resumo:** Instituições internacionais apontam caminhos para a formação de cidadãos competentes num mundo de grandes dilemas e incertezas. Convocamos o Relatório para a UNESCO de Delors (1996), que reconhece a existência de uma conjuntura específica que conduz a novos desafios para a Educação, destacando-a como fundamental à vida em sociedade e à construção das ideias de paz, liberdade, justiça social e de convivência nas comunidades locais e também na ‘aldeia global’. Fulcral para a formação dos cidadãos, ela constitui, na óptica de Carneiro (2001), um trampolim para a promoção da confiança social e para a partilha de valores pessoais e culturais.

Face às alterações operadas na sociedade e aos novos problemas colocados, discutimos a mudança de paradigma educacional, do ensino para a aprendizagem ao longo da vida, centrada no aluno. Destacamos a perspectiva holística do desenvolvimento humano, assumindo o ser humano no seu todo, realçando a importância de preparar cidadãos atentos, críticos e reflexivos, tanto nas suas comunidades, como em relação ao espaço europeu e mundial.

Apontamos, pois, os dois eixos em torno dos quais a Educação se move no sentido de acompanhar a evolução social: (i) a preparação para a competitividade; (ii) a formação para uma cidadania crítica, consciente e reflexiva. Para tal, há que pôr em prática um currículo mais flexível e implementar um desenho didático negociado e partilhado, numa construção curricular também ela flexível, integrada e adaptada ao desenvolvimento de competências essenciais a cidadãos, ativos e conscientes. Destacamos, ainda, a importância do trabalho colegial, para a implementação da programação, e do envolvimento de professores e alunos que, participam direta e ativamente no processo de aprendizagem.

Assim, conceptualizamos a Aprendizagem ao Longo da Vida não apenas relacionada com o desenvolvimento profissional, mas particularmente como um processo continuado de aprendizagem, desde a primeira infância.

#### **4. O direito do aluno à participação no contexto escolar**

**Filomena Sobral**

**Lídia Grave-Resendes**

Universidade Aberta

**E-mail de contacto:** [filomenasobral112@gmail.com](mailto:filomenasobral112@gmail.com)

**Resumo:** No mundo globalizado e complexo em que vivemos, a preservação das sociedades democráticas requer a existência de cidadãos modernos, distintos do modelo característico das sociedades autoritárias.

O desenvolvimento das competências de participação é um dos factores fundamentais para a formação desses modernos cidadãos, contribuindo para desenvolver as competências de liderança necessárias para assumirem papéis de influência na sociedade em que vivem.

A escola tem um papel primordial no desenvolvimento das competências necessárias para a participação activa dos jovens na sociedade, proporcionando-lhes oportunidades para poderem participar na comunidade onde se encontram inseridos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, sendo um marco histórico na consideração da criança como sujeito de direitos, veio consagrar como direito fundamental, o direito das crianças a serem ouvidas e das suas opiniões serem tomadas em consideração. Assimilando essa conquista das crianças naquele importante instrumento de direito internacional, o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário prevê, no âmbito dos direitos dos alunos, o direito de participação dos alunos na vida escolar, em diversas vertentes.

Procuramos analisar a evolução da legislação de direito internacional e da posição do Estado português, sobre os direitos de participação do aluno na vida escolar, consubstanciada nos diversos diplomas legislativos que têm vindo a vigorar na ordem jurídica portuguesa.

Vamos, também, apresentar parte da investigação por nós desenvolvida sobre os Direitos dos Alunos em Contexto Escolar, em duas escolas no concelho de Lisboa, uma do ensino público e outra do ensino privado e que tem como finalidade primordial conhecer as percepções dos alunos sobre os seus direitos, incluindo o direito à participação no contexto escolar, procurando descortinar se os mesmos são ou não respeitados.

Procuramos com esta comunicação contribuir para uma reflexão em torno deste tema, chamando a atenção para a importância da promoção dos direitos dos alunos nos estabelecimentos de ensino e para a necessidade de uma mudança de atitude por parte dos actores educativos, intervenientes fundamentais na formação das crianças e dos jovens.



## 5. O recurso por parte dos alunos a apoio educativo fora da escola: análise comparativa entre Lisboa e Brasília

**António Neto-Mendes**

**Andreia Gouveia**

**Catarina Rodrigues**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** andreiagouveia@ua.pt

**Resumo:** Enquanto fenómeno de alcance mundial, a oferta e a procura de explicações constituem realidades presentes nos mais diversos contextos geográficos. Assistimos mundialmente a uma crescente procura por parte dos alunos de apoio educativo fora da escola. Muitos foram os que começaram a ver neste fenómeno uma oportunidade comercial altamente lucrativa e as empresas – de *reforço escolar* (Brasil), de *explicações* (Portugal) – invadiram o mercado educativo. Estudar esta procura por parte dos alunos, os motivos que lhe subjazem e o impacto que poderão ter no seu desempenho escolar, tem constituído parte significativa das nossas pesquisas. Neste trabalho, pretende-se apresentar resultados parcelares da investigação em curso, concretamente, uma análise comparativa da procura dos alunos por centros de reforço escolar/explicações em Brasília e Lisboa, sob o olhar crítico dos seus Diretores. Os primeiros resultados a que chegamos apontam para muitas semelhanças neste tipo de oferta nas duas cidades, designadamente: crescente expansão, perceção positiva de retorno em termos de resultados escolares, críticas à escola formal, centralidade das explicações a Matemática, importância da preparação para os exames como forma de competir pelos melhores lugares no ensino superior. Trata-se de um conjunto de dados que se inserem no Projeto Xplika Internacional<sup>1</sup>, que se encontra em desenvolvimento (2010-2013) – no âmbito do qual estão a ser preparadas as dissertações de mestrado das duas autoras deste texto.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto “Xplika Internacional – análise comparada do mercado das explicações em cinco cidades capitais” (PTDC/CPE-CED/104674/2008).

## **6. A escola sob o olhar dos alunos dos cursos de educação e formação**

**Magda Mesquita**

**Lídia Grave-Resendes**

Agrupamento de Escolas do Vale do Alva; Universidade Aberta

**E-mail de contacto:** magdaepm@gmail.com

**Resumo:** A presente comunicação resulta do trabalho de pesquisa realizado num Agrupamento de Escolas do Concelho de Oliveira do Hospital. A investigação foi norteadada pelos objectivos de delinear um perfil dos estudantes que frequentam Cursos de Educação e Formação e de conhecer a sua visão da Escola. Procurou-se ainda averiguar as razões que os levam a optar por um Curso desta tipologia, assim como avaliar o impacto que este percurso educativo surtiu no seu aproveitamento e comportamento.

A pesquisa tomou o formato de estudo de caso, tendo assim a opção recaído sobre uma análise eminentemente qualitativa dos dados recolhidos, e elegendo-se a entrevista como o principal instrumento de investigação, uma vez que uma das primordiais finalidades era precisamente dar voz aos alunos desta tipologia de Cursos.

A problemática do estudo implicou uma reflexão acerca do conceito de adolescência, dos desafios da escola actual, da importância da educação inclusiva, da escolaridade obrigatória vs. o insucesso e abandono escolares.

A comunicação que será apresentada no Encontro Internacional Educação, Currículo e Didácticas Tendências, Contextos e Dinâmicas permitirá não apenas divulgar as conclusões obtidas no referido estudo - contribuindo dessa forma para um melhor conhecimento do perfil dos formandos que frequentam os Cursos de Educação e Formação - mas também apontar para linhas de acção de mudança e de inovação curricular e pedagógica que se impõem neste momento.

## 7. Governo das escolas e estilos de liderança

**Maria Margarida da Rocha Barbosa**

Universidade Portucalense

**E-mail de contacto:** margaridabarbosa1960@gmail.com

**Resumo:** No âmbito da tese de doutoramento, subordinada ao tema genérico Liderança escolar, esta comunicação apresenta-se como um contributo para a revisão de literatura sobre a problemática da liderança escolar em Portugal.

A revisão de literatura começa com uma análise pormenorizada da legislação produzida a partir de 25 de Abril de 1974. Não tendo um carácter inédito, esta vai permitir, no entanto, conhecer a sequência de normativos e, ao mesmo tempo, o relacionamento com os estilos de liderança apresentados por autores variados. Conhecendo as orientações políticas, será possível salientar as diretrizes que têm direcionado o sentido de “governança” das escolas e condicionado o estilo de liderança.

Neste sentido, tendo por objetivo principal do trabalho empírico a caracterização dos gestores escolares do distrito de Viana do Castelo, o enquadramento teórico permitirá, ainda, convocar, explicitar e concatenar algumas das propostas de estilos de liderança que foram desenvolvidas na segunda metade do século passado, entre as quais destacamos Costa (2000), Chiavenato (2003, 2005, 2006), Glanz (2003), Silva (2010), Bush (2011) ou Lima (2011). Desta forma, será possível construir um referencial de liderança, com o qual pretendemos concretizar e orientar a nossa investigação.

## **8. Rankings das escolas, selectividade e fabricações**

**Fernanda Martins**

Departamento de Ciências Sociais - Instituto de Educação - Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** [fmartins@e.uminho.pt](mailto:fmartins@e.uminho.pt)

**Resumo:** Na presente comunicação, procuramos problematizar se a publicação dos rankings das escolas induz efeitos de quase-mercado educacional. Nesse sentido, tomamos como referencial teórico os contributos de Ball (1995) que, no contexto da emergência das políticas de mercado educacional em países centrais, identifica e reflecte sobre processos de selecção social e académica de estudantes, bem como sobre a cultura da performatividade competitiva, na qual se inserem as fabricações (Ball, 2002). Para o desenvolvimento desta discussão, tomamos por base um estudo por nós realizado (no ano lectivo 2006/2007), junto de professores, dirigentes escolares, alunos e pais de uma escola localizada numa cidade do Douro Litoral. Apoiados nestes dados, podemos afirmar que os discursos dos actores organizacionais indiciam a presença de lógicas de quase-mercado educacional, a saber: processos de selecção académica e social de estudantes, designadamente de escolas bem posicionadas nos rankings; assim como estratégias de promoção das escolas na localidade.

## **9. Na senda da liderança colegial: uma análise a partir dos projetos de intervenção dos diretores**

**Dora Fonseca de Castro**

**Jorge Adelino Costa**

Instituto Politécnico do Porto – ESSE; Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** doracastro@ese.ipp.pt

**Resumo:** Entre os vários modelos de liderança escolar considerados na literatura, o colegial é aquele em que os desafios da colaboração, um dos temas deste Simpósio, surgem de modo mais explícito. O trabalho, de natureza exploratória, que apresentamos é o resultado de um estudo realizado ao discurso escrito apresentado pelos atores que assumem o cargo da liderança formal nas escolas públicas portuguesas. Assim, procurámos indagar, através da análise de projetos de intervenção, documento necessário para a candidatura ao cargo de diretor (DL nº 75/2008, de 22 de Abril), se estão aí expressas preocupações com o desenvolvimento de uma cultura colaborativa na escola. Na tentativa de procurarmos perceber até que ponto podemos considerar a presença, ao nível discursivo e no que se refere à liderança, de um modelo colegial, analisámos trinta projetos de intervenção tomando por base seis categorias: colegialidade, hierarquia lateral, processos colegiais de tomada de decisão, consensos, participação e empowerment. Os resultados encontrados permitir-nos-ão, ainda, avaliar se, no quadro do modelo colegial de liderança (Bush, 2011), se poderão identificar tipos específicos de liderança: participativa, distribuída e transformacional.

## **10. Liderança na escola: um processo de equipa**

**Lucybel Jardim da Silva**

Secretaria Regional de Educação e Cultura - Eb1/Pe São Martinho

**E-mail de contacto:** lucybeljardim@hotmail.com

**Resumo:** Ao longo dos tempos, a nossa sociedade tem vindo a ser cada vez mais complexa e dinâmica, com novas incertezas, riscos e desafios, acarretando assim novas expectativas e configurações. A área da educação não ficou imune a estas mudanças e por sua vez, as escolas, também alteraram a sua dimensão, o seu papel dentro da sociedade atual, a sua organização e o seu funcionamento.

Da mesma forma, as diversas competências exigidas para a função de diretor(a) de escola assumem uma postura de mudança e como tal, urge investir na transformação da atitude destes profissionais, no sentido de encaminhar as suas práticas administrativas e pedagógicas de forma a garantir o comprometimento da equipa e a qualidade educativa.

Nesta perspetiva, o objetivo do presente texto permite-nos assinalar a importância e a influência assumida pela liderança, a motivação e o clima organizacional no processo de direção das escolas, analisando e refletindo sobre as práticas e os desafios do (a) diretor (a), de forma a gerar um processo de mudança na organização escolar.

## **11. O fator da adaptabilidade na avaliação das escolas em Portugal**

**João Manuel Banha Correia**

Universidade Lusófona

**E-mail de contacto:** jomabaco@gmail.com

**Resumo:** As escolas e os agrupamentos deverão estar dotados de equipas técnicas preparadas para avaliar o trabalho desenvolvido e a desenvolver, de acordo com as suas necessidades e com o meio onde se inserem, verificando a sua eficácia e a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Este artigo irá focar os aspetos a valorizar quer na avaliação interna quer na avaliação externa das escolas/agrupamentos de escolas, a importância do envolvimento de toda a comunidade educativa e o próprio processo que conduz à eficácia e à melhoria de forma equitativa e sustentada.

Identificará ainda os ciclos de avaliação, os modelos e processos e os instrumentos de avaliação, procurando, de forma crítica e fundamentada, analisar as políticas de avaliação das escolas recentes e procurando encontrar contributos para a melhoria das escolas e para a sustentabilidade do processo avaliativo.

## **12. Escolas e associações culturais: novos caminhos para a cooperação e o desenvolvimento local**

**Manuel Ferreira Rodrigues**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** mfr@ua.pt

**Resumo:** Nos anos 90, um decénio depois do êxito do New Public Management, responsável pela introdução da empresarialização e dos métodos de gestão privada no sector público, nasce o modelo da governance e do New Public Service. Como se sabe, este modelo de gestão «assenta na participação dos cidadãos na administração da Polis e na noção partilhada de interesse público, através da gestão participativa e da responsabilização e responsabilidade partilhadas». Por outras palavras, assenta em diversas formas de parceria entre público e privado.

Evoco o modelo em que se fundam as Parcerias Público-Privadas (PPP), não para propor a sua adaptação à educação, mormente no domínio das políticas educativas, mas para o usarmos como instrumento de reflexão para a construção de um modelo de cooperação entre escolas e associações culturais. De resto, entre a multiplicidade de figuras que podem assumir as PPP, contam-se as que utilizam os seus princípios, no domínio do social, que envolve geralmente organizações sem fins lucrativos, e, no domínio cultural, onde os parceiros têm escala reduzida a nível local.

Neste estudo, considerei o concelho de Aveiro, onde existe um muito diversificado número de associações que as escolas públicas podem aproveitar para melhorarem a sua oferta educativa, aprofundando os mecanismos de partilha de conhecimento, de aprendizagem mútua, em rede. As poucas experiências conhecidas permitem entrever as potencialidades desse modelo, nomeadamente na criação de públicos culturais diversificados, na construção de identidades culturais locais, permitindo colocar a educação no epicentro do desenvolvimento comunitário, de modo a que esse processo não se fique apenas pela cooperação institucional (ou não), nos domínios do social e do económico.

Deste modo, como acontece, por exemplo, nos jogos educativos, é possível entender a competitividade e a cooperação em educação, não como um par antinómico, mas como conceitos complementares, no quadro do aprofundamento.



### **13. Exames nacionais e currículo básico na escola brasileira.**

**Guilherme Lemermeier Rodrigues**

Universidade Tuiuti do Paraná – Brasil

**E-mail de contacto:** guilherme.lernermeier@gmail.com

**Resumo:** Analisando a escola de hoje é fácil a percepção de que a educação está cada vez mais democrática, todavia o conhecimento, oligárquico. Haja vista, que as instituições públicas, ao menos no Brasil, estão cada vez exigindo menos dos estudantes para promoção de nível, entretanto, às famílias que podem arcar com o custeio do estudo, as escolas privadas, elitistas, estão em alta.

Numa tentativa louvável o governo brasileiro tenta com muito afinco estabelecer um currículo básico nas escolas, destacam-se nesse cenário os exames nacionais sejam no nível fundamental ou médio. Tais exames visam acima de tudo mapear, identificar os pontos de discrepância educacional.

Porém, ao que parece, essa tentativa exacerbou ainda mais o ensino particular, deixando bem evidente o abismo entre a coisa pública e a fé privada. A escola particular, pela sua própria essência, é uma escola para quem pode, mediante mensalidades, garantir aos seus frequentadores alguma qualidade no ensino, mas nem sempre tão explícita. Não que isso não seja possível dentro do ambiente público, muito pelo contrário, políticas sérias, engajadas e continuadas elevariam o nível da educação pública brasileira, pois num círculo virtuoso baseado no ganha-ganha quanto mais se investe na educação menos problemas em outras áreas se têm, como exemplo: segurança pública, segurança sanitária etc. Pois como é sabido, povo educado conserva, disciplina-se, enfim evoluiu.

## 14. Competição vs colaboração, em contexto escolar – Que rumo para a educação?

**Cármén Maria Martins Nogueira**

**Estela Pinto Ribeiro Lamas**

ESE Jean Piaget - VNG

**E-mail de contacto** : karmenoz@gmail.com

**Resumo:** O tema, “Escolas, Competição e Colaboração: que perspetivas?”, afigura-se-nos, à partida, como uma possibilidade de refletirmos, no contexto político-económico-social atual, sobre o rumo que se perspetiva para a Educação. Qualquer eixo temático poderia tornar o desenho da nossa comunicação; consideramo-los indissociáveis. Optámos pelo eixo –docentes–, por o considerarmos mais aglutinador.

Evocamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu Artigo 26.º, ponto 1, que refere: “Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, (...) o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.”. Não esqueçamos que esta declaração constitui um ideal comum a atingir por todos os povos e nações. No entanto, parece-nos que no atual contexto, transnacional, não se tem dado prioridade a este pressuposto. Assistimos, diariamente, a discursos sobre reformas educativas, formas de mudança, inovação, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, mas que na realidade subestimam o valor da Educação, a eles subjazem políticas puramente economicistas.

Falar de custo-benefício da política social exercida pelo Estado no setor da educação, não nos parece adequado, pois não se trata de um setor linearmente produtivo, no qual se entra com o capital e se obtém um produto automaticamente transacionável, passível de dar lucro. A Educação é algo ‘maior’, um bem de uma grandeza impercetível num balanço pontual, todavia, fundamental para o crescimento e desenvolvimento de um país e do mundo.

Pensamos que cada escola, no seu contexto específico, deverá ter poder para decidir que caminhos trilhar –o da competição? ou, o da colaboração?– para alcançar os objetivos fundamentais. Será que poderemos ser competitivos sem recorrermos à colaboração?

Propomo-nos refletir sobre as dimensões: competição em educação; colaboração em educação; trabalho docente; clima de escola; políticas sociais e modelo de educação desenvolvido com os alunos.

## 15. Violência nas organizações escolares da RAM: quando os professores são as vítimas...

**Mónica Gonçalves**

**António Bento**

**Maria Isabel Ribeiro**

CIE-UMA; CETRAD, IPB

**E-mail de contacto:** monicahelenagoncalves@gmail.com

**Resumo:** Com frequência, somos alertados para situações de bullying que ocorrem nas escolas portuguesas. No entanto, este fenómeno não se resume apenas aos alunos, podendo também os professores ser vítimas de comportamentos abusivos e repetitivos por parte dos seus alunos. Neste contexto, esta investigação, de natureza quantitativa e descritiva, tem como objectivos perceber de que forma o fenómeno do bullying/violência sobre os docentes se expressa na Região Autónoma da Madeira (RAM), e compreender como é afectado o docente por estas situações.

Para a recolha de dados foram elaborados dois questionários, um destinado aos docentes em exercício de funções e o outro direccionado aos Directores de Escola e/ou Presidentes dos Conselhos Executivos.

A amostra deste estudo é probabilística do tipo estratificada. Assim, foram auscultadas as escolas públicas da RAM dos vários níveis de ensino (1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário). De um total de 896 questionários entregues, durante o ano lectivo 2010-2011, receberam-se 573 devidamente preenchidos. Destes, 22 eram Directores de Escola e/ou Presidentes dos Conselhos Executivos, os restantes 551 eram docentes em exercício de funções do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Concluiu-se que a problemática do bullying/violência em relação aos docentes na RAM não é expressiva, apenas 23% dos inquiridos afirmaram já terem sido vítimas de bullying. O “insulto” seguido da “ameaça” são os comportamentos de bullying mais frequentes. A maioria dos docentes considera que estes atos prejudicam o seu percurso profissional, e que todas estas situações culminam num sentimento de mal-estar, havendo casos registados de abandono da carreira. Foi ainda possível verificar que existe uma grande preocupação em perceber a origem destes fenómenos o que por sua vez se traduz na procura de medidas interventivas eficazes. Contudo não existe, ainda, consenso relativamente às medidas a aplicar nestas situações.

## **16. Formar o profissional em contextos de dispersão da sua atividade docente.**

### **Contributos da literatura**

**Ana Paula Rocha**

**Maria Helena Salema**

Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação - Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** [aplocha@gmail.com](mailto:aplocha@gmail.com)

**Resumo:** A presente comunicação inscreve-se no eixo temático dos professores incidindo no trabalho docente em dispersão. Visa apresentar o trabalho em curso no âmbito do projeto de uma tese de doutoramento, a qual segue uma metodologia de investigação que se inclui num paradigma qualitativo interpretativo focalizado na dispersão da atividade docente e suas facetas. Parte-se da hipótese de que o recurso à investigação-ação, como estratégia de formação, poderá motivar uma atitude reflexiva crítica e dotar os professores de uma percepção clarificadora em relação ao contexto real em que atuam, a fim de superar as condições atuais do exercício da atividade docente nos seus aspetos considerados negativos. O enfoque temático surge da constatação de que é um domínio ao qual os investigadores não têm dado suficiente relevo nas Ciências da Educação. A revisão da literatura levou-nos a considerar existir uma semente de resposta à questão do modo de abordagem dos professores a problemáticas emergentes da sua atividade profissional dispersiva. Nesta comunicação apresenta-se a nossa seleção de um conjunto de autores, representativos de investigações centradas no desenvolvimento profissional e formação de professores, os quais abordaram questões que se cruzam com a dispersão da atividade docente. Destacamos Perrenoud (1993) para a compreensão do conceito de dispersão; Brookfield (1995) para melhor clarificar o que é ser professor reflexivo crítico, Hargreaves (1998), Fullan & Hargreaves (2003) e Lima (2002) a fim de buscar caminhos de resposta no controlo da dispersão e potenciar o desenvolvimento profissional. Na presente comunicação revelamos as nossas reflexões críticas sobre as análises dos autores selecionados avançando com uma proposta de desenvolvimento profissional que visa promover a mudança, aumentar a eficácia dos professores tornando-os mais confiantes e contribuir para o êxito do desenvolvimento da escola melhorando as suas dinâmicas organizacionais.

## **17. O supervisor na educação pré-escolar - um olhar multidimensional numa instituição de educação e ensino particular e cooperativo**

**Joana Torres de Osório**

Colégio Novo da Maia

**E-mail de contacto:** joanatorres2@gmail.com

**Resumo:** Este resumo consistiu num trabalho de projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação: área de Especialização em Supervisão Pedagógica na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

“O supervisor na educação pré-escolar - um olhar multidimensional numa instituição de educação e ensino particular e cooperativo” visa analisar o estado da arte atual no domínio da supervisão pedagógica em relação às competências do supervisor pedagógico na educação pré-escolar. A perspetiva multidimensional justifica-se porque no estudo participaram os que supervisionam e os que são supervisionados.

O estudo compreende, como tema, a supervisão pedagógica e visa a criação de um perfil do supervisor da educação pré-escolar na instituição de ensino particular e cooperativo onde desempenhamos a nossa atividade profissional. Este trabalho de investigação insere-se numa linha de investigação de identificação de uma organização educativa. Pretendemos melhorar as práticas supervisivas dos educadores de infância nessa instituição que pretende tornar-se uma comunidade aprendente. Pensamos que os supervisores, pela centralidade da função que ocupam e das tarefas que lhes deveriam caber, podem assumir um importante papel no atingir deste propósito. No entanto, a inexistência de um perfil de competências definido, partilhado e por todos conhecido determina que, em alguns casos, os supervisores não tenham conhecimento das suas funções e das competências que deverão adquirir/possuir.

O perfil encontra-se adequado à realidade da instituição, através do qual pretendemos que a supervisão passe a ser perspetivada, por todos, de uma forma mais participada, com vista ao crescimento profissional dos docentes, da instituição e do sucesso dos alunos.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e utilizaremos como instrumentos de investigação a análise documental, a observação e entrevistas.

## **18. A gestão da pesquisa no espaço escolar e as implicações para a construção do conhecimento pedagógico e democratização do ensino**

**Maria Iolanda Fontana**

**Marcia Regina Mocelin**

**Naura Syria Carapeto Ferreira**

Universidade Tuiuti do Paraná

**E-mail de contacto:** maria.iolanda.fontana@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho objetiva refletir o papel da gestão escolar na materialização da atividade de pesquisa sobre a prática pedagógica no espaço escolar. A pesquisa analisa dialeticamente a inter-relação dos determinantes sócio-históricos e suas contradições nos processos de formação continuada para a pesquisa no espaço escolar. Aborda-se a complexa relação entre o trabalho pedagógico e a gestão do espaço e tempo escolar para viabilizar a atividade de pesquisa na ação dos profissionais da escola. Tem-se como objetivo discutir o papel da gestão escolar na materialização da atividade de pesquisa sobre a prática pedagógica na escola, em processos de formação continuada de professores e pedagogos, apontando as dificuldades e possibilidades na efetivação desta atividade na ação pedagógica. A defesa da pesquisa na ação docente tem como fundamento a concepção de que esta atividade no espaço escolar propicia a reflexão crítica sobre as questões do ensino e aprendizagem, pois nem sempre é possível o distanciamento e a realização de uma ação analítica e rigorosa sobre os problemas emergentes da prática pedagógica, como se faz em uma pesquisa científica. Acredita-se que a transformação da conjuntura neoliberal requer dos profissionais da escola apropriar-se dos “meios de produção do conhecimento-pesquisa” para que superem a intervenção nos estreitos limites da mera execução e avancem para a construção de conhecimentos pedagógicos críticos voltados a democratização do ensino. Tem-se como pressuposto que a gestão do tempo e do trabalho coletivo de professores e pedagogos no espaço escolar, mediados pela atividade de pesquisa, podem contribuir para construção do conhecimento pedagógico crítico, que assegurem aos estudantes uma formação emancipadora.

## 19. A supervisão pedagógica na avaliação do desempenho docente: entre a intenção e a ação<sup>2</sup>

**Fátima Mesquita-Alves**

**Jorge Adelino Costa**

**Nilza Costa**

Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** fatimamesquita@ua.pt

**Resumo:** A introdução de novas exigências na Avaliação do Desempenho Docente (ADD) em Portugal (Decretos-Lei 15/2007 e 75/2010; Decretos Regulamentares 2/2008 e 2/2010) tem gerado nas escolas, desde 2008, situações organizacionais complexas que urge analisar e compreender. O principal objetivo do estudo mais vasto que estamos a desenvolver consiste em compreender conceções e práticas desenvolvidas pelos docentes face às alterações introduzidas no sistema da ADD, particularmente, no que diz respeito ao papel desempenhado pela supervisão pedagógica na avaliação entre pares. Este texto, em concreto, foca-se no papel que a supervisão pedagógica desempenha nos processos de desenvolvimento profissional e organizacional nas escolas, no decorrer do segundo ciclo avaliativo (2009-2011). A investigação empírica tem por base um estudo de caso desenvolvido num Agrupamento de escolas do Distrito de Aveiro. Os principais resultados do estudo de caso apontam: i) para a opinião desfavorável dos professores face ao atual modelo de ADD, dada a sua natureza burocrática, complexa, injusta e escassa utilidade prática, preenchendo apenas requisitos legais e de controlo; ii) para um processo de supervisão pedagógica, concretamente, observação de aulas, que não contribui para o desenvolvimento profissional dos professores e tem impacte negativo no trabalho docente, acentuando a artificialidade dos procedimentos e aumentando o clima de competição e de conflito; iii) para a sensação de desconforto entre os intervenientes, fazendo emergir sentimentos de injustiça, insegurança e ansiedade que, em seu entender, constituem constrangimentos à melhoria das aprendizagens dos alunos e à qualidade da escola. Estes resultados constituem um desafio para os investigadores no sentido de identificarem alternativas de ação que possam lidar com a complexidade diagnosticada no pressuposto de que a avaliação de desempenho, ancorada na supervisão pedagógica, é condição estratégica para a qualidade educativa.

---

<sup>2</sup> Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto “Avaliação de Desempenho Docente: compreendendo a sua complexidade para a tomada de decisões fundamentadas na investigação” (PTDC/CPE-CED/104786/2008).

## **20. Equidade e objetividade na avaliação do desempenho docente: a construção dos instrumentos de registo**

**Fátima Loreta da Vila e Silva**

**Eusébio André da Costa Machado**

Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Viseu e Porto

**E-mail de contacto:** fatimaloretta@gmail.com

**Resumo:** Os vários sistemas de avaliação de desempenho docente (ADD) que vigoraram em Portugal desde 2008 associam duas lógicas diferenciadas e, até, antagónicas: o desenvolvimento profissional dos docentes e a gestão das suas carreiras profissionais. No entanto, o modo como esta associação é entendida pelos professores condiciona o propósito do processo e determina o seu peso na melhoria da ação docente e do serviço público da educação prestado pela escola. Neste contexto, a construção dos instrumentos de registo (IR), aspeto reconhecidamente controverso e motivador de entropia do clima escolar, assume um valor particularmente privilegiado para aferir não só o modo como as escolas e os professores se posicionam face à ADD, tendo em conta os seus efeitos na prática de utilização, como também a equidade e validade do próprio processo de avaliação. Nesta comunicação, proceder-se-á à apresentação preliminar dos resultados de um estudo realizado em três Agrupamentos de Escolas (AE) do distrito de Viseu. Este estudo insere-se numa investigação de cariz qualitativo, sendo o seu propósito principal o de estudar opiniões acerca do processo de construção dos IR neste regime de avaliação de desempenho, por parte de alguns docentes com funções distintas no processo. Com vista à recolha das suas opiniões, realizámos doze entrevistas semiestruturadas (n=12) a elementos das Direções dos Agrupamentos de Escolas, Coordenadores de Departamento Curricular, Relatores e Avaliados, a desempenharem essas funções no ano letivo de 2010/2011.



## **21. Os projetos de intervenção dos diretores de escola como projetos individuais de intenções de governo da escola**

**Filinto Lima**

**Elisabete Ferreira**

**Rui Trindade**

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto

**E-mail de contacto:** filintolima@iol.pt

**Resumo:** Analisam-se seis projetos de intervenção (PI) apresentados por diretores de agrupamentos de escolas de um concelho situado a sul do Porto, aquando da candidatura (Maio/Junho de 2009) ao Concurso para Provimento para directores de escola. Reflete-se sobre o conteúdo dos PI, verdadeiros projetos individuais de intenções de governação de instituições educativas.

Nesta perspectiva damos conta da análise interpretativa efetuada sinalizando nos PI as seguintes categorias emergentes: Parcerias, Escola sede, Combate ao insucesso e abandono escolares, Conhecimentos vivenciados, O aluno e O político.

## **22. Uma reflexão sobre o EaD no Brasil**

**Fausto dos Santos Amaral Filho**

Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

**E-mail de contacto:** faustodossantos@bol.com.br

**Resumo:** No modo próprio de perfazer-se humano, não há presença que não comporte distância, não há distância que não comporte presença. Todos nós, de uma forma ou de outra, experimentamos este fato, quer percebamo-lo ou não, o que, evidentemente, só o confirma. Pois, talvez, ao extremo, com uma frequência maior do que estejamos dispostos a admitir, na agitação da vida comezinha, no afanar-se junto às coisas, é bem provável que acabemos nos distanciando da nossa própria presença. Tanto quanto o distante, pela própria distância, pode ser a presença soberana que acaba regendo, das mais variadas formas, o nosso viver. Tendo isso em vista, buscando fugir dos preconceitos que cercam a reflexão sobre a EaD no Brasil, é preciso compreender tal modalidade de ensino a partir da historicidade própria das políticas educacionais brasileiras, desde o Brasil colônia até os nossos dias. Talvez assim poder-se-á compreender o fenômeno do Ensino a Distância para além da mera dicotomia: presença/ distância.

### **23. Políticas educativas e curriculares: de um currículo organizado por competências a um currículo organizado em função de metas**

**Maria de Lurdes Godinho**

FPCE-UP

**E-mail de contacto:** pdce09020@fpce.up.pt

**Resumo:** Políticas educativas e curriculares: de um currículo organizado por competências a um currículo organizado em função de metas. A evolução da agenda da política educativa portuguesa com a (des)centralização, a autonomia e a alteração dos processos de regulação tem vindo a adquirir sintonia com as políticas de currículo e os discursos académicos sobre ele produzidos. No quadro das mudanças curriculares e organizativas da última década, o foco tem sido colocado na escola como unidade estratégica da ação educativa e nas possibilidades de serem institucionalizados processos de melhoria, centrados na aprendizagem dos alunos e no rendimento da escola, situação que consubstancia um novo paradigma da política educativa e da inovação. Neste contexto, a comunicação presente, inscrita na investigação em curso no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Educação, e ancorada num quadro teórico multireferencial (Pacheco, 2000; Bolívar, 2007; Leite, 2009; Barroso, 2010; Roldão, 2011), parte da análise de documentos oficiais que enquadram o CNEB organizado em função de competências essenciais e específicas e a construção de referenciais de gestão curricular em função de metas de aprendizagem.

Nessa análise, e tendo presente que o estabelecimento de referenciais curriculares nacionais tem vindo a ser genericamente compreendido como decorrente dos crescentes processos de globalização, procura-se compreender o contexto de produção das propostas em pauta na sua relação com a função/organização da escola, bem assim como as mudanças que se vão instituindo nos processos de regulação do Estado.

Argumenta-se que a segunda proposta curricular configura novos mecanismos de ligação entre o centro que produz a política e as periferias que a põem em prática e questiona-se a sua orientação para uma maior eficácia do ensino-aprendizagem. Conclui-se que as propostas curriculares são influenciadas por dispositivos e conexões de sentido que articulam as novas estruturas sociais e económicas baseadas na ideia de *accountability* e numa cultura de performatividade (Ball, 2007).

## **24. Competição vs colaboração: a relação paradoxal entre as políticas educativas e a investigação educacional**

**Magda Pinto Elyseu Mesquita**

Agrupamento Escolas de Vale do Alva

**E-mail de contacto:** magda.mesquita@ebip3e.com

**Resumo:** Se é certo que parte significativa do conhecimento produzido pela investigação educacional contemporânea atribui ao trabalho colaborativo uma das mais eficazes formas de melhorar a Escola nas suas diferentes dimensões, o poder político não tem atendido a esse repto. Pelo contrário, medidas recentes de política educativa portuguesa indiciam claramente uma ênfase crescente na competição.

A Educação vive atualmente um paradoxo entre a colaboração, como um valor e prática desejáveis, e a competição, imposta às escolas pela tutela como o itinerário mais curto e rápido até aos resultados. Irei abordar este antagonismo, analisando ambos conceitos do ponto de vista ideológico e educacional, para melhor se compreender as razões que subjazem à insistência na competição como um fator de evolução.

Nesta análise invoco ainda exemplos observáveis no quotidiano escolar, demonstrando que competição e colaboração têm vindo a revelar-se inconciliáveis: o cariz eminentemente competitivo da avaliação docente, ao fazer depender a progressão na carreira da classificação atribuída ao desempenho profissional. A competição associada à avaliação sumativa externa, traduzida no final de cada ano letivo num ranking que pretende espelhar as ‘melhores’ e as ‘piores’ escolas (e alunos) do país: a frieza dos números, que nem sempre contempla a realidade de cada escola, acaba por estigmatizar algumas em prol de outras que, por uma variedade de razões (nem sempre imputáveis à própria Escola) estão no topo da lista, ano após ano. Outra forma de impelir um considerável grau de competição é a avaliação externa das escolas, cujos efeitos são sentidos sobretudo a nível concelhio e distrital.

O problema, como também irei argumentar, não é a competição em si, porque até pode ser um fator interessante na melhoria das escolas, desde que ‘na dose certa’: o problema é que a competição tornou-se num fim em si e não num meio, fazendo quase desaparecer a palavra ‘colaboração’ do vocabulário das escolas, com prejuízos ainda não totalmente conhecidos.

## 25. Qualidade educativa e atenção à diversidade: a visão de alguns docentes.

**M. Melo**

**E. Pinto da Costa**

**N. Pereira**

Universidade Lusófona do Porto

**E-mail de contacto:** fonsecammelo@hotmail.com

**Resumo:** O direito à igualdade de oportunidades é consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nesse contexto, à educação cabe fornecer oportunidades equitativas a todos, e, como tal, esta deve orientar-se de acordo com as características particulares e específicas dos indivíduos, fomentando programas e currículos alternativos ou individuais e pedagogias diferenciadas.

Tendo por base tal objectivo socioeducativo e os desafios que se colocam aos professores, realizou-se um estudo com o objectivo de analisar como esta temática é acolhida nas escolas. Concretamente, procurou-se verificar se existem diferenças ao nível de escola; anos de experiência; anos de docência; grau académico; meio; especialidade; sexo; idade; e verificar o grau de cumprimento das escolas na base de atenção à diversidade.

Para esse estudo aplicou-se um questionário, construído tendo em conta variáveis que se reportaram, por um lado, a elementos no âmbito da atenção à diversidade e fundamentadas no quadro teórico sobre o tema, e por outro lado, exploradas sob o modelo CIPP de Stufflebeam.

Dada a fase de elaboração do estudo, apresenta-se neste artigo uma das dimensões analisadas e que relaciona a qualidade da atenção à diversidade com os recursos humanos.

A amostra, composta por 52 professores de várias escolas do Norte do País, constituiu-se pelo método de amostragem aleatório. Optou-se pela metodologia quantitativa e os dados recolhidos foram tratados em SPSS, levando-se a cabo uma análise estatística sobre a fiabilidade do instrumento através da análise fatorial, com rotação varimax. A dimensão analisada passou de cinco sub-dimensões para sete, diferentemente doutros estudos similares. Constatou-se, porém, que os valores relativos ao grau de cumprimento apresentam um grau de cumprimento médio, logo não é possível afirmar que não cumprem. Contudo, levantaram-se questões que permitirão desenvolver planos de melhoria que promovam a qualidade e atenção à diversidade na educação/ensino.

## 26. Competição e colaboração: par dicotómico ou duas faces da mesma moeda?

**António A. Neto-Mendes**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** amendes@ua.pt

**Resumo:** As profundas transformações sociais, económicas e culturais das últimas três décadas estão geralmente associadas ao fenómeno conhecido entre nós por *reconfiguração do Estado*: em nome do slogan “menos Estado, melhor Estado”, apela-se à entrada de novos atores sociais, oriundos do Mercado e do Terceiro Setor, confirmando um Estado menos interessado na provisão do serviço de Educação e mais empenhado em assegurar a sua regulação e avaliação. Interessa-nos de forma particular promover, ainda que de forma exploratória, um conjunto de reflexões em torno de um *ethos* reformista no campo educativo que tem dominado este período no chamado mundo ocidental: falamos do binómio *competição-colaboração*, apresentado amiúde com contornos dicotómicos, mas que também pode estar na base de insuspeitadas cumplicidades que importa desocultar. As políticas educativas de cariz neoliberal, responsáveis pela alteração radical dos modos de regulação a que se associa o *quase-mercado* de Educação, colocam, por um lado, a *competição* no centro da sua retórica de mudança (estatuto da carreira docente e avaliação do desempenho; liberdade de escolha da escola; *rankings* de escolas com base no “mérito” académico; competição entre escolas pelos melhores alunos e pelas melhores oportunidades de financiamento, a que não poderá ser alheio o fenómeno das explicações, por exemplo; etc.). Mas, por outro lado, não excluem a apologia da *colaboração* (colaboração docente; colaboração escola-família; colaboração escola-comunidade; etc.), uma estratégia que antes parece assentar numa conceção utilitária da colaboração, vista mais com uma tecnologia de gestão escolar, capaz de garantir a coesão e a paz organizacionais sob a capa de um discurso que invoca consensos fáceis em torno da qualidade, da eficácia e da eficiência. O trabalho exploratório que nos propomos realizar parte da análise documental que reúne estudos académicos e publicações especializadas e não pretende ter um carácter exaustivo.

## **27. Gestão escolar – um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**

**Rosilania Macedo da Silva**

Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** rosilaniamacedo@ua.pt

**Resumo:** Em tempos globais os sistemas de ensino de vários países tendem a elaborar legislações com textos e valores semelhantes quando das reformas educativas. A gestão das escolas torna-se cada vez mais um alvo central para o emprego de políticas reguladas em contextos universais. Os objetivos destas políticas nem sempre são evidentes, deixando-se esconder nos valores dos textos legais. Contudo, se evidencia uma certa desresponsabilização dos governos para com a escola pública, num processo de privatização.

Diante disto a pretensão da comunicação é apresentar pesquisa (em desenvolvimento) no âmbito do Mestrado em Administração Escolar e Políticas Públicas, ofertado pela Universidade de Aveiro. O trabalho basea-se numa análise comparativa dos normativos vigentes do Brasil e Portugal referentes a gestão escolar. Apresentaremos análises realizadas dos princípios, organização, composição e objetivos constante na legislação dos dois países. É nos objetivos, principalmente, nos implícitos que se percebe um avançar de concepções a favor de uma escola economicamente independente do governo central e dependente do financiamento privado.

## **28. Reconfigurações das dinâmicas de gestão escolar num concelho do extremo do Nordeste de Portugal**

**Henrique C. Ferreira**

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança

**E-mail de contacto:** henrique.ferreira@ipb.pt

**Resumo:** Procura-se aqui dar conta das transformações ocorridas na sequência da implementação de dois programas - a avaliação externa das escolas/agrupamentos e a liberalização da escolha da escola pelos pais ou pelos alunos, quando maiores -, e, ainda, na sequência dos efeitos dos *rankings* das escolas.

O âmbito geográfico do estudo é o conjunto de três agrupamentos de escolas e de duas escolas secundárias autónomas de um concelho do extremo Nordeste de Portugal, sendo que um dos agrupamentos engloba também o ensino secundário.

O estudo baseia-se em entrevistas aos diretores das escolas e agrupamentos e em inquéritos aos professores e pais.

As conclusões tendem a evidenciar a competição entre as escolas/agrupamentos por alunos e por uma boa imagem social, apoiada em bons resultados nos exames nacionais e na avaliação externa, e ainda numa mais ampla gama de oferta de serviços educativos.



## 29. Contrastes entre políticas e práticas de equidade na escola: a perspectiva dos alunos

**Aline Seiya**

**Maria de Fátima Chorão Sanches**

Unidade de Investigação em Educação e Formação Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** fsanches@ie.ul.pt

**Resumo:** No actual quadro internacional de crise das economias e das sociedades neoliberais, tem-se tornado dominante a subordinação da educação às necessidades e aos interesses dos mercados, ao mesmo tempo que se espera da escola um contributo activo para atenuar diferenças e desigualdades sociais. O principal desafio que a escola enfrenta hoje é o de conciliar eficácia e justiça: oferecer um ensino capaz de preparar os alunos para a competitividade de mercados cada vez mais incertos e fugazes, ao mesmo tempo que realiza aspirações pessoais dos jovens e promove a justiça social pela atenuação de desigualdades de partida. Embora o discurso político internacional enfatize a importância da justiça dos sistemas educativos e da distribuição equitativa das competências e dos conhecimentos, questiona-se até que ponto não serão as vantagens económicas a motivar a adopção de medidas de equidade e inclusão, contrastadas com os custos individuais do insucesso escolar e com os gastos sociais com as pessoas marginalizadas.

Fazendo parte de uma investigação mais ampla sobre a problemática da justiça na escola, esta comunicação assenta em perspectivas de justiça dos alunos a partir das suas vivências escolares. Questiona-se (1) que significações atribuem os alunos às experiências escolares sentidas como injustas; e (2) como avaliam a escola e os professores quanto ao maior ou menor grau de justiça envolvida nas situações educativas.

Com base em dados provenientes de um estudo mais amplo, realizado em duas escolas urbanas, apresentam-se nesta comunicação resultados parciais do questionário para alunos, relativos a percepções de práticas de equidade. A análise questiona criticamente aspectos de equidade da legislação educacional e da sua operacionalização nas escolas, confrontando a intencionalidade das políticas educativas com as perspectivas de justiça dos alunos. Destas, duas parecem ser mais relevantes: uma, predominantemente igualitária no que diz respeito à distribuição dos bens educativos e às formas de tratamento; outra, mais equitativa, admitindo algumas formas de diferenciação entre alunos, sobretudo em função do comportamento em aula, remetendo para uma dimensão retributiva da justiça.

### **30. As boas escolhas...dos bons estabelecimentos de ensino: lógicas de acção de alunos e famílias no momento da escolha do estabelecimento de ensino**

**Ana Patrícia Almeida**

Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** casaldeira@gmail.com

**Resumo:** A livre escolha do estabelecimento de ensino por parte das famílias, inscreve-se num contexto político liberal que valoriza o mercado como modo de regulação e denuncia as limitações das instituições estatais em matéria de educação (DURU-BELLAT, 2004). Insere-se num contexto mais geral de privatização da educação, que designa um conjunto de vários programas e políticas educativas que podem ser definidos como “a transferência de actividades, provisão e responsabilidade do governo/instituições e organizações públicas para indivíduos e organizações privadas”, podendo esta ser vista, quer como liberalização (quando os agentes são libertados das regulações governamentais), quer como mercantilização (quando são criados novos mercados que proporcionam alternativas aos serviços do governo ou aos sistemas de distribuição estatal) (LEVIN, 2001).

A procura do estabelecimento de ensino por parte dos alunos e famílias é motivada por várias razões e tem por detrás distintas lógicas de acção. Lógicas de acção que têm na base critérios formal-legais, mas também lógicas de acção que têm na base critérios informais e que de uma forma oficiosa procuram ‘contornar’ o disposto em termos legais.

Tendo que fazer uma escolha, os alunos e as famílias têm necessariamente não só uma representação do que é uma ‘boa’ escola, mas também uma imagem dos estabelecimentos de ensino que constituem o leque de opções, ou pelo menos daquele que pretendem eleger (BALLION, 1991). Imagem essa que não é construída apenas externamente, mas também internamente. Como explicita BALLION (1991) é construída uma imagem interna, por parte dos actores da comunidade escolar, como os alunos, os professores, os membros dos órgãos de gestão, etc e uma imagem externa, de uma categoria de indivíduos que se situa ‘fora’ do estabelecimento de ensino, como o são as famílias (directamente interessadas) e membros da comunidade local ou autoridade local (indirectamente interessados).

Tendo por base um estudo sobre os fluxos escolares dos alunos com analisador dos modos de regulação do sistema educativo, a comunicação que aqui se apresenta procura dar conta das lógicas de acção e das estratégias dos alunos e suas famílias, no que respeita à escolha do estabelecimento de ensino. Pretende-se identificar a forma como se constrói a procura, o sentido que está por detrás ‘das boas escolhas...’, ‘...dos bons estabelecimentos de ensino’, por parte destes mesmos actores.

### 31. El valor educativo de las TIC en un aula de formación profesional

**Antonio Fabregat Pitarch**

**Isabel M<sup>a</sup> Gallardo Fernández**

Escuelas de Artesanos de Valencia / España ; Universitat de Valencia.

**E-mail de contacto:** antoniofabregat@escuelasdeartesanos.com

**Resumo:** Esta experiencia se inserta en un planteamiento de escuela inclusiva. Se ha llevado a cabo en las Escuelas de Artesanos de Valencia durante el curso 2011-2012. En concreto, en el Ciclo Formativo de Grado Superior de "Gestión Comercial y Marketing" en el módulo/asignatura de Logística Comercial (GPL). Es la continuación del Proyecto desarrollado en el curso anterior en torno al "Diseño de un Blog para la asignatura de GPL" . Se trata ahora de que el alumnado inicie un proceso de investigación que posibilite el análisis y reelaboración del diseño de contenidos del Blog .

En nuestras prácticas docentes aprovechamos las Tecnologías de la Información y Comunicación para que el alumnado aprenda a solucionar problemas que se le presentan en la adquisición de conocimientos curriculares y en su vida cotidiana. Consideramos imprescindible buscar, investigar y documentarse, ya que somos conscientes que no sólo existen los libros de texto sino que hemos de integrar las TIC en la enseñanza y aprovechar todas sus potencialidades didácticas.

Hoy en día vivimos en una sociedad de la información y la economía está basada en el conocimiento, por lo tanto nuestros alumnos/as han de adquirir las competencias TIC necesarias para participar plenamente como ciudadanos del siglo XXI. Todo ello requiere un cambio organizacional significativo de nuestras instituciones escolares.

La utilización de contenidos digitales y el acceso a recursos tecnológicos enriquece los procesos de enseñanza- aprendizaje. Nuestra experiencia está basada en el uso de las TIC a través de trabajos grupales e individuales facilitando un aprendizaje más activo relacionado con los procesos de exploración e indagación que les permite ser productores de contenido digital en el Blog.

La metodología utilizada facilita y potencia la inclusión de todo el alumnado permitiendo adaptarse a las diferencias de ritmos, estilos e intereses de cada uno de los aprendices.

### **32. A narrativa da excelência na escola pública portuguesa: os sentidos da socialização escolar**

**Leonor Lima Torres**

**José Augusto Palhares**

Instituto de Educação - Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** leonort@ie.uminho.pt

**Resumo:** Assistimos hoje, no campo educativo, ao agudizar de uma tensão entre dois pólos de difícil conciliação: por um lado, a necessidade de realizar o projeto da escola de massas conducente à democratização da educação; por outro lado, a pressão política e social para a produção de resultados e para o desenvolvimento do pólo meritocrático. Muitas escolas públicas têm pendido para este último pólo, reatualizando práticas de distinção académica e convergindo para a afirmação de uma narrativa de excelência, de competitividade e de performatividade. O objetivo central desta comunicação passa pela compreensão das especificidades do processo de socialização resultante da articulação entre as culturas de escola quotidianamente vivenciadas e as disposições inerentes aos distintos percursos escolares dos alunos enquanto jovens. Os dados empíricos que nos propomos discutir resultam de um projecto de investigação em curso numa escola secundária do litoral-norte de Portugal, que desde 2003 instituiu o quadro de excelência. A pesquisa empírica caracterizou-se pela análise dos registos biográficos de todos os alunos laureados, pela realização de entrevistas a alunos e professores e pela administração de um inquérito por questionário a 210 alunos que integraram o quadro de excelência. A triangulação desta informação permitiu problematizar os sentidos actuais da socialização escolar, jogando aqui a transversalidade das condições sociais dos alunos distinguidos um papel relevante na consolidação da ideologia meritocrática.

### **33. Bullying na idade pré-escolar: desafio para instituições públicas e privadas**

**Rosangela Ventura**

**Alexandre Ventura**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** alexandre.ventura@ua.pt

**Resumo:** Há um crescente interesse pela problemática do bullying. Embora este fenómeno não seja exclusivo do meio escolar, é na escola que o bully se refina, oprime e muitas vezes desfere os golpes mais dolorosos nas suas vítimas. A incidência de bullying tem sido investigada à escala global. A maior parte dos estudos refere-se a alunos desde o início da escolaridade até à adolescência. Contudo, a entrada no pré-escolar e o primeiro contacto com outros da sua idade e com adultos que não os do seu círculo familiar, é para algumas crianças uma experiência dolorosa, quando estas se tornam vítimas dos seus pares. O bullying no pré-escolar é um problema sério que tem sido pouco explorado pela comunidade académica. A investigação comprova que ser vítima de bullying tem graves consequências: baixa auto-estima; maior risco de sofrer de depressões na fase adulta; propensão a pensamentos suicidas... O bullying é um fenómeno social complexo e a sua prevenção merece uma maior atenção desde a idade pré-escolar. Com este trabalho pretendemos apresentar o estado da arte relativamente a eventuais diferenças da prática do bullying nas instituições educativas públicas e privadas, com especial enfoque na idade pré-escolar.

### **34. Os quotidianos escolares e não-escolares da excelência académica na escola pública**

**José Augusto Palhares**

Instituto de Educação - Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** [jpalhares@ie.uminho.pt](mailto:jpalhares@ie.uminho.pt)

**Resumo:** A realidade educativa portuguesa tem acentuado a preocupação com os “resultados escolares”, seja pela crítica sistemática à qualidade das aprendizagens na escola pública, seja por os estudos internacionais evidenciarem um desempenho dos alunos abaixo do desejado, seja porque nos relatórios da avaliação externa das escolas têm sido destacadas as fragilidades do domínio dos “resultados”, seja por outras razões de natureza sociológica e política. Entretanto, temos vindo a assistir à implementação de quadros de valor, mérito e excelência nas escolas, nos quais se distinguem os alunos com comportamentos e desempenhos académicos exemplares. Pretendemos com esta comunicação dar conta destas práticas de distinção académica, a partir de dados empíricos recolhidos no âmbito de um estudo de caso numa escola secundária do Norte de Portugal. Após efectuarmos a caracterização socioeconómica destes alunos, com base nos seus registos biográficos, partiremos para a exploração dos resultados de um inquérito por questionário administrado a 210 alunos, com particular atenção às dimensões que subjazem a uma perspectiva mais holística da excelência escolar. Para além das dimensões intrinsecamente escolares (organizacionais e pedagógicas), assumimos, nesta comunicação, que a compreensão do fenómeno passa igualmente pelo estudo dos distintos investimentos não-escolares (não-formais e informais), quer sob a forma de actividades complementares às exigências do currículo, quer inserindo-se nas lógicas de lazer e tempos livres dos quotidianos juvenis.

**35. Da reorganização de turmas à melhoria dos resultados escolares: evidências projecto TurmaMais.**

**Hélio Salgueiro**

**Ana Cristóvão**

**Isabel Fialho**

Centro de Investigação em Educação e Psicologia - Universidade de Évora

**E-mail de contacto:** hsalgueiro@uevora.pt

**Resumo:** Com a passagem da escolaridade obrigatória para o 12º ano e com a manutenção de modelos organizacionais de escola desajustados da realidade actual tendem a agravar-se problemas como a repetência ou o abandono precoce do sistema de ensino. Estes problemas são referidos em estudos internacionais e têm impacto directo no desenvolvimento do país. Neste sentido é necessário desenvolver projectos que previnam o abandono precoce e diminuam os níveis de repetências. O projecto TurmaMais parte da convicção que é possível melhorar os resultados escolares dos alunos através da manipulação das variáveis número de alunos e a heterogeneidade de das turmas, em disciplinas específicas. Implementado em seis dezenas de escolas do país, o projecto tem apresentado evidências muito favoráveis. Neste estudo apresentamos os resultados de uma análise do projecto TurmaMais, nos anos lectivos 2009/2010 e 2010/2011, com o objectivo de avaliar o impacto deste modelo organizativo nos resultados escolares dos alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, nas escolas/agrupamentos com Projecto TurmaMais.

### **36. O código de acesso da psicologia escolar: trilhando caminhos com a equipe gestora**

**Ana Paula Petroni**

**Vera Lucia Trevisan de Souza**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Brasil

**E-mail de contacto:** anappetroni@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa tem por objetivo a busca pela compreensão do processo de tomada de consciência de gestores escolares (um diretor e dois vice-diretores), sobre o papel que desempenham neste contexto. Para tal utilizou-se da arte como promotora de vivências. Este estudo toma como base os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-cultural, sobretudo os postulados por Vigotski, aprofundando a discussão sobre o conceito de consciência e vivência, que se constituem como fundamentos de nossa reflexão. Propomos o uso da arte como materialidade mediadora promotora de vivências na medida em que a mesma favorece o acesso à subjetividade do sujeito que a aprecia. Abalizados na obra de Vigotski apontamos que o sujeito, ao conferir novos sentidos e significados a emoções despertadas pela arte por meio do sensível, tem a possibilidade de desenvolvimento da consciência sobre si e sobre o outro. Realizamos, ao longo de um ano letivo, 23 encontros semanais com os sujeitos em que utilizamos a arte em suas diversas formas (reprodução de imagens, fotos, músicas, poesias, textos literários), como materialidades disparadoras e mediadoras das discussões do grupo. Todos os encontros foram gravados e transcritos, derivando desse processo 18 sínteses que, juntamente com as entrevistas, constituíram-se como fonte dos dados a serem analisados. A leitura desses dados resultou na construção, por meio dos indicadores de sentidos, de duas grandes categorias: conhecendo a equipe gestora e suas demandas e as materialidades mediadoras e o movimento de tomada de consciência, e das quais resultarão a análise desta pesquisa. Em análises preliminares pudemos observar que o estabelecimento de parceria entre a equipe gestora e o psicólogo escolar pode ser um caminho para acessarmos seu código e a arte se constitui como ferramenta útil nesse processo, auxiliando-os na tomada de consciência sobre suas condições materiais de trabalho e seu papel a ser desempenhado na escola, reestruturando suas ações e afetos.



**37. A renovação do contrato de autonomia na ES/3 João G. Zarco: dúvidas, certezas e desafios.**

**José Manuel Pinto Ferreira**

**Paulo Delgado**

E.S. de Rocha Peixoto – Póvoa de Varzim; Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto

**E-mail de contacto:** jmpf@sapo.pt

**Resumo:** Este trabalho centra-se na questão da autonomia, reclamada à muito pelas escolas portuguesas e consubstanciada para algumas, na celebração formal de um Contrato de Autonomia.

A construção da autonomia visa dotar a escola de capacidade de decisão e organização interna de forma a ser capaz de responder em tempo útil aos desafios que lhe são colocados e parte/depende de um projecto educativo eficaz e eficiente, internalizado pela comunidade escolar, de um corpo docente estável, de lideranças assertivas e partilhadas. É a consciencialização/assunção da autonomia na/da escola que possibilita o desenvolvimento dos contextos e práticas escolares.

Procedemos à recolha de dados, através de entrevistas, aos atores directamente relacionados com o processo, procurando relacionar o modo como a escola articula as políticas enunciada pelo ME, relativas ao Contrato de Autonomia, e à realidade da própria escola. A sua análise permite concluir que apenas veio colocar “no papel” as práticas já existentes, responsabilizando a escola pelo seu cumprimento. Ainda assim, os entrevistados consideram que devem e querem continuar “na lógica da autonomia”.

Ao longo da investigação surgiram outras questões, como por exemplo, qual a posição das escolas quando colocadas perante a possibilidade de renovação do contrato, se a “imposição” de processos se repetir por parte do ME?

Poderá questionar-se se os processos de contratualização da autonomia vão no sentido da construção de escolas colaborantes e decisoras ou dependentes e solitárias, porque isoladas da comunidade a que pertencem são incapazes de corresponder às necessidades que lhe são colocadas. Em contrapartida, o contrato permite-lhes distinguir-se das demais e, por essa razão, faz todo o sentido negociarem e construírem um contrato que se ajuste à sua realidade.

Mais: pode uma organização basicamente dependente ensinar os valores da autonomia e da responsabilidade aos seus alunos, docentes e restantes actores da comunidade educativa?

### **38. O Ensino Profissional na Escola Secundária Pública – Via para o sucesso ou atalho para a exclusão?**

**Eduardo Serrão**

**Paulo Delgado**

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto

**E-mail de contacto:** serrãoeduardo@gmail.com

**Resumo:** No passado, o ensino técnico foi uma das fontes de nivelção social, pois só os jovens pertencentes às classes mais baixas eram orientados para este tipo de ensino. As várias reformas do sistema de ensino português vieram reforçar a ideia de um Ensino Secundário, dois caminhos. Os Liceus proporcionavam uma formação de carácter mais cultural, as Escolas Técnicas conferiam à saída um perfil vocacionado para o sector técnico. Perante a evolução mais recente, e atendendo aos perfis profissionais e escolares do Ensino Secundário Geral e do (novo) Ensino Profissional, até que ponto o Ensino Profissional é no presente garante da igualdade de oportunidades?

No espaço educativo, o convívio democrático entre todos os elementos pressupõe reconhecer as diferenças e comunicar no sentido de manter os que os une e aproximar o que os afasta. No entanto, os Alunos dos Cursos Profissionais mantêm uma relação distante com os alunos do Ensino Secundário Regular, em virtude de frequentarem espaços com marcadas diferenças culturais.

No modelo praticado, a própria escola contribui para manter e lembrar aos envolvidos no processo ensino-aprendizagem qual o papel que o Ensino Profissional representa no espaço educativo. A distribuição dos alunos pelas turmas, a distribuição de serviço, os horários e as actividades extra-curriculares são alguns dos aspectos que poderão reforçar a divisão e indirectamente contribuir para branquear uma suposta igualdade de oportunidades.

Urge estimular a aproximação cultural, numa construção capaz de derrubar barreiras levantadas pela posição social, pelo estatuto, pelas diferenças ou pelos valores. Ao nível da políticas educativas, nomeadamente no âmbito da gestão dos programas, da formação de docentes, das instalações e equipamentos disponíveis, é indispensável canalizar os recursos e implementar os processos necessários para promover o prestígio desta via de ensino e assegurar o sucesso escolar e a inclusão social dos seus alunos.

### **39. A ritualização da distinção académica: o efeito cultura de escola**

**Leonor Lima Torres**

Instituto de Educação – Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** leonort@ie.uminho.pt

**Resumo:** Integrada num projecto mais vasto sobre a excelência académica na escola pública, a presente comunicação visa analisar as relações entre a cultura organizacional da escola e a construção da excelência escolar. De entre os vários factores que condicionam o desempenho escolar dos alunos — já analisados no âmbito de outros textos —, debruçamo-nos neste trabalho sobre o efeito-escola, designadamente a partir da exploração das dimensões simbólicas e culturais e dos processos de liderança escolar. Condicionada pelas lógicas comunitárias e pelos interesses e racionalidades das famílias, a cultura organizacional escolar tende a exercer um efeito significativo sobre o modo como os alunos se posicionam face à escola e ao seu projecto de vida. De forma ainda mais vincada, a matriz cultural e identitária da escola tende a orientar o sentido de missão da instituição, estando esta profundamente relacionada com o desenvolvimento e promoção da cultura da excelência. Esta abordagem apoia-se em alguns dados de investigação recolhidos no âmbito de um estudo de caso em curso numa escola secundária. Mobilizamos essencialmente dois tipos de informação: i) processos individuais dos alunos que desde 2003 integraram o quadro de excelência da escola, com classificações iguais ou superiores a 18 valores (numa escala de 0 a 20); ii) inquérito por questionário aplicado aos mesmos alunos. Apesar de os primeiros resultados desta pesquisa apontarem para a importância de considerar múltiplos factores na fabricação da excelência, não deixa de merecer um destaque assinalável o peso dos factores organizacionais e culturais, indicados pelos alunos, como centrais à obtenção de elevados níveis de desempenho escolar.

#### **40. Autonomia e organização do trabalho docente - a perspetiva da diretora de uma escola com Projeto Fénix**

**Rosa Maria Pereira de Carvalho**

**Joaquim Machado**

Universidade Católica Portuguesa

**E-mail de contacto:** rosampcarvalho@gmail.com

**Resumo:** Ao longo das últimas décadas assistimos a profundas alterações sociais e emergiram novas formas de reconfiguração do papel do Estado. Reflete-se sobre o papel da escola pública e valoriza-se a autonomia das escolas enquanto processo de construção social. As escolas são perspetivadas como comunidades de aprendizagem que visam a melhoria contínua, como “locus” com gente que pensa e age com intencionalidade, com conhecimento próprio e com capacidade para decidir e agir de acordo com as necessidades dos alunos, das escolas, do contexto, da sociedade.

Nesta comunicação apresentamos um estudo desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos do Desenvolvimento Humano da Universidade Católica, Porto, e realizado num Agrupamento de Escolas da Região Norte que, em 2008, celebrou um contrato de autonomia com o Ministério da Educação e se organiza internamente em torno do Projeto Fénix. Este estudo valoriza a voz da diretora do Agrupamento e dá conta de uma retórica de construção da autonomia e de valorização do clima e da cultura de integração, enfatiza dinâmicas emergentes na escola e o trabalho colaborativo dos professores.

#### **41. Escola-família-comunidade: uma relação vital para a melhoria da ação educativa**

**Maria Martins**

**Teresa Sarmento**

Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** mariamartinssousa@gmail.com

**Resumo:** Num quadro global de racionalização de recursos, associada ao paradigma da qualidade, assiste-se a um movimento no sentido de uma exigência crescente relativamente à eficácia das organizações educativas.

Contudo, e partindo da evidência de que o indivíduo é simultaneamente filho, aluno e cidadão, a ação educativa compete, simultaneamente e sem subalternidades, a pais, professores e sociedade em geral.

Dado este carácter social da educação, e não podendo nenhuma das instâncias educativas desempenhar cabalmente essa função de forma isolada, apresenta-se como premente uma intervenção educativa assente numa dinâmica de cooperação e corresponsabilização entre as várias instâncias educativas em que a criança vivencia experiências.

Nesse contexto, a escola, enquanto sistema que deve tender para a prática de um modelo mais aberto, aceitando os novos desafios como fatores de mudança e de melhoria, tem a responsabilidade de romper com o tradicional comportamento insular, através do desenvolvimento de estratégias que promovam o envolvimento e o compromisso de todos os atores educativos, nomeadamente as famílias. Por seu turno, sendo esta interação multidimensional de importância capital para o desenvolvimento de todas as crianças e jovens, da família, como primeira e permanente responsável pela educação dos seus educandos, espera-se o empenho ativo e esclarecido em todo o percurso escolar dos seus educandos, acompanhando-os em estreita cooperação com a escola e os professores.

Nesta comunicação apresentam-se alguns dos resultados obtidos num estudo sobre a participação das famílias na vida escolar dos seus educandos nas escolas EB 2,3 num concelho da região centro, realizado no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação, os quais mostram a existência de constrangimentos decorrentes quer das dinâmicas e contingências familiares, quer da estrutura organizacional e funcional das escolas.

## **42. Impactos das avaliações sistêmicas: países distantes realidades próximas**

**Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino**

**José Alberto Correia**

**Fernando Selmar Rocha Fidalgo**

Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade do Porto

**E-mail de contacto:** jussarapaschoalino@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo focaliza um eixo da temática discutida na tese de doutorado sobre a qualidade educacional. O aspecto da qualidade educacional delimitado pelas avaliações exteriores ao cotidiano das escolas tem repercutido na dinâmica da mesma. Ao problematizar os impactos das avaliações sistêmicas em dois países distintos: Brasil e Portugal, as semelhanças das cobranças do papel docente e do gestor escolar ficaram evidenciadas. A metodologia qualitativa permitiu o ouvir os depoimentos dos docentes sobre a perspectiva da qualidade exigida. O trabalho de campo foi realizado em seis escolas brasileiras no território do Estado de Minas Gerais e em duas escolas portuguesas, situadas na região do Porto, com o intuito de entendimento das mudanças frente às cobranças de qualidade na escola. Em cada escola foi realizada uma entrevista semiestruturada com um docente, sendo que em quatro delas esse profissional estava no posto de gestor. Nesse contexto, os depoimentos dos professores salientaram que a compreensão do sentido das avaliações nos últimos anos se alterou de forma consubstancial. As avaliações dos alunos perderam o propósito educativo de formação como um processo e adquiriram roupagens de classificação da escola e de desempenho dos docentes. Esses impactos interferiram diretamente no cotidiano das escolas e nas relações estabelecidas de trabalho. As dificuldades de entender a lógica, que reprova os professores e as escolas pelo baixo rendimento dos alunos, trouxeram mal-estar e adoecimento. Os resultados desse estudo trouxeram depoimentos fortes de docentes que sentiam-se inconformados diante dessa lógica instaurada. Uma expressão proferida por uma professora demonstrou a inquietude e insatisfação com o trabalho ao afirmar que “Eu preciso sair do vermelho”. Esse lugar conturbado de se sentir fora dos parâmetros de efectividade não afetou apenas essa professora, mas permeou todo o coletivo da escola.

### 43. Avaliação do desempenho docente: conflitualidade e colaboração<sup>3</sup>

**Ana Cristina Salgueiro**

**Jorge Adelino Costa**

Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** anasalgueiroac@gmail.com

**Resumo:** A avaliação do desempenho docente constitui um tema atual e controverso. A instituição de práticas de avaliação regulares dos agentes e das instituições é considerada na literatura como um procedimento conducente à melhoria da qualidade do serviço prestado, daí que se ampliem as discussões sobre esta temática entre os especialistas e nos diversos debates públicos. Neste quadro, quer as escolas, quer os professores não podiam ficar à margem desta nova demanda avaliativa. No entanto, a instituição de um sistema de avaliação do desempenho mais exigente não se afigura como um procedimento isento de dificuldades. Na verdade, o mesmo tende a suscitar um certo grau de perturbação nas organizações, no caso concreto nas escolas e nos professores, aumentando a conflitualidade. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 15/ 2007, de 19 de janeiro, as escolas e os professores foram confrontados com novas regras no âmbito da estrutura da carreira e da avaliação do desempenho. A avaliação passa a ser mais exigente tendo efeitos significativos na profissão. É instituído o princípio da avaliação por pares e a existência de quotas que limitam a atribuição das menções de Muito Bom e Excelente, bem como o acesso aos diferentes escalões da carreira. Todas estas mudanças tiveram efeitos no clima de escola e nas relações entre pares gerando situações de contenda que em nada contribuíram para o desenvolvimento organizacional e para melhoria de práticas colaborativas entre docentes, tidas na literatura como positivas para o desempenho dos professores e para a qualidade das escolas. Nesta comunicação apresentamos alguns dos resultados obtidos com a investigação efetuada no âmbito de uma tese de doutoramento (um estudo de caso), designadamente, nos efeitos produzidos no clima de escola e nas relações entre pares, decorrentes das mudanças introduzidas com a alteração ao Estatuto da Carreira Docente, designadamente no sistema de avaliação do desempenho docente.

---

<sup>3</sup> Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto “Avaliação de Desempenho Docente: compreendendo a sua complexidade para a tomada de decisões fundamentadas na investigação” (PTDC/CPE-CED/104786/2008).

#### **44. “Preciso de carinho”: relações, sentimentos e lideranças partilhadas nos caminhos da docência**

**Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino**

**Sónia Mendes Barbosa**

**Elisabete Ferreira**

Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

**E-mail de contacto:** jussarapaschoalino@yahoo.com.br

**Resumo:** Nesta comunicação analisamos a intensidade das relações, sentimentos e lideranças partilhadas e estabelecidas numa escola do Norte de Portugal. Damos conta do trabalho de pesquisa com um grupo de professores que constituem o observatório de melhoria do funcionamento de um Agrupamento Vertical em regime de contrato de autonomia (e desejo de autonomias sensatas, Ferreira: 2007). Espelhamos como este modo organizacional possibilita e potencia níveis de reflexão interna da Escola e valoriza uma ética da administração educativa concretizada através da interação e a primazia de uma dada agência humana (Ferreira, 2007, 2010). Seguimos os estudos de melhoria da organização educativa, das teorias da comunicação, da relação e do desenvolvimento humano, entendendo as organizações como “invenções humanas” (Greenfield, 1993) e as lideranças nas suas singularidades e expressões de coragem e civismo num esforço de concetualização das lideranças interativas (Ferreira, 2011).

Seguimos uma abordagem de pesquisa qualitativa que possibilitou especificar os sentimentos expressos nos caminhos da docência e compreender as dinâmicas instauradas no processo de trabalho, na melhoria da qualidade educacional e das lideranças escolares. Constituiu-se um grupo de professores que passou a ter um contato mais sistemático com uma consultora externa e simultaneamente elaboraram um diagnóstico crítico da situação real da escola com perspectivas de sugestões de ações e estratégias de mudança. No grupo, as lideranças ali presentes especificaram as tramas das relações que permeavam de forma inseparável a vida privada e a vida profissional. Diante de tantos percalços uma frase solta: “Preciso de carinho”, deixou entrever o lugar desses líderes. Os questionamentos em torno dessa situação possibilitaram uma reflexão profícua da necessidade de fortalecer as relações na escola e possibilitar o apoio e a inter-relação no trabalho de modo a que o afeto possa estar presente.



**45. Pedagogia online: abordagem intercultural sobre os discursos de integração das tecnologias da informação e comunicação à educação em Portugal (2005-2010)**

**Maria Neide Sobral**

**Natália Ramos**

Universidade Federal – Sergipe – Brasil; Universidade Aberta – Portugal de Sergipe – UFS

**E-mail de contacto:** sssobral@gmail.com

**Resumo:** Esse estudo tem como objetivo central compreender os discursos de professores pesquisadores sobre a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação à educação, vinculada à Universidade Aberta e à Universidade de Aveiro, em Portugal, no período de 2005 a 2010. Além disso, estamos investigando possíveis conexões nestes discursos com referências de autores brasileiros (intertextualidade) que se debruçam sobre a temática dentro do espaço linguístico luso-brasileiro. Nossa motivação é entender, no jogo de enunciações desses discursos, possíveis interconexões de imposição, trocas, negociações e consenso sobre o fazer/pensar pedagógico com a integração das Tecnologias da Comunicação e Informação. A partir da compreensão do conceito de discurso de Michel Foucault, considerado como prática que efetivamente forma o objeto de que fala, estamos analisando os enunciados em narrativas orais de professores pesquisadores das instituições referidas, bem como em textos publicados e outros documentos. Os dados iniciais levantados e sistematizados remetem-nos a algumas conclusões provisórias: de que a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação a Educação na Universidade Aberta foi se consubstanciando como foco do processo de inovação e implementação de um modelo pedagógico colaborativo que coincidiu com as transformações efetivadas no ensino superior após Acordo de Bolonha. A integração das Tecnologias da Informação e Comunicação na formação inicial e continuada na Universidade de Aveiro tem se dado através de práticas e projetos específicos de professores, em ambas as modalidades de ensino. Estamos considerando que há elementos significativos do discurso pedagógico em Portugal que nos remetem a com a emergência de uma possível pedagogia online de natureza intercultural.

## **46. A autoconsciência dos comportamentos dos professores – na escola não há inocentes**

**Augusta Veiga Branco**

**Celeste Antão**

**Maria Ribeiro**

Instituto Politécnico de Bragança

**E-mail de contacto:** aubra@ipb.pt

**Resumo:** Os estudos de abordagem interacionista, colocam o homem como ser ativo no seu meio, e simultaneamente influenciado por ele (Mead, 1962), pelo que o professor, como sujeito, nunca é “inocente” ou “ausente”, e a sua intervenção tal como a omissão, ou a presença como a ausência de interação, têm uma representação, uma imagem. Assim, pretende-se conhecer a expressão dos comportamentos relacionais do contexto educativo. Ou seja, como se constrói a sua autoconsciência comportamental?

As respostas apresentam-se através da análise de conteúdo dos dispositivos discursivos de uma amostra intencional de 18 professores do ensino básico e secundário do Norte de Portugal, para formar uma “grounded theory”, com base numa árvore categorial de três ramos, cada um com duas gerações. O primeiro ramo: “Turbulências” é a categoria expressiva dos estados emocionais de sofrimento, e gera seis subcategorias: 1ª: “Indisciplina”; 2ª: “Arrogância”; 3ª “Violência”; 4ª: “Desmotivação”; 5ª, “Miúdos Agitados, Impossíveis”; 6ª “Que Professor para estes alunos?” e a 7ª “A Sala de Professores”. Os segundo e terceiro ramos/categorias expressam os sentimentos emocionais subjacentes a reações de evitamento. O segundo designado “Alterações Relacionais e Racionais” gera: 1ª “.Reações abruptas”; 2ª “Surpresa e impreparação”; 3ª “Recriminação pelos pares”. O último expressa as “Reações de Instabilidade, Absorção”, gerando as subcategorias de “Autorrecriminação” e “A culpa”.

Concluiu-se que a percepção da Auto Consciência constrói um conjunto de “Alterações Relacionais e Racionais”, partindo e refletindo-se nos contextos de pares e discentes, dando contornos ao tipo de percepção - expressa em termos de contributo - tanto de educação, como processo social, como à exemplificação das relações interpessoais e o respetivo desenvolvimento que delas emerge. A sua intervenção é sempre contabilizada, e tem sempre consequências, para si mesmo, para os pares e para o aluno e seus responsáveis.

**47. Lógicas supervisivas em contexto de avaliação do desempenho docente: um estudo sobre as percepções dos avaliadores e dos avaliados**

**Ana Lurdes Ribeiro Marcos**

**Eusébio André da Costa Machado**

Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora - Eb2/3 da Senhora da Hora; Universidade  
Portugalense Infante D. Henrique

**E-mail de contacto:** anamarcos07@gmail.com

**Resumo:** A avaliação de desempenho docente (ADD) tem sido uma das preocupações centrais das políticas educativas nacionais e europeias (Alves & Machado, 2010; Flores, 2010; Paquay, 2004), inserindo-se no âmbito mais geral de avaliação e de promoção da “qualidade” dos sistemas educativos.

É neste contexto que o quadro conceptual deste estudo assenta. Assim, a ADD deverá contribuir para o desenvolvimento profissional (Day, 2001), no pressuposto de que a supervisão ou orientação pedagógica é o principal instrumento para a melhoria das suas práticas (Alarcão, 2000; Vieira, 2009), tendo como base o diálogo entre pares, a aprendizagem, a descoberta de novos saberes e o sucesso educativo numa escola que se quer reflexiva e virada para a atualidade (Alves & Machado, 2010).

Pela sua pertinência e atualidade, este estudo pretende descrever o processo da ADD, sobretudo as interações e os processos de supervisão entre avaliador e avaliado no âmbito da dimensão científico pedagógica, tal como foi implementado nas escolas básicas e secundárias de Portugal a partir de Janeiro de 2008; bem como analisar em que medida o dispositivo da avaliação contribuiu para a melhoria das práticas docentes e para um melhor desempenho profissional.

Utilizámos como principais técnicas de recolha de dados, numa primeira fase a entrevista semidiretiva, aplicada a 12 professores (6 avaliados e 6 avaliadores) onde nos foi possível recolher e analisar dados, de acordo com o problema definido para esta investigação.

Os dados recolhidos e já analisados, nesta primeira fase, permitiram-nos elaborar, numa segunda fase, o inquérito por questionário, aplicado ao universo dos professores, da Zona Norte de Portugal, selecionando uma amostra de 1000 professores para o nosso estudo.

Pretendemos, assim, nesta comunicação apresentar os resultados obtidos através do inquérito, organizados de acordo com o referencial técnico científico do estudo, ou seja, a dimensão da regulação, da colaboração, da autonomia e da reflexão.

#### **48. O uso das tecnologias no ensino das ciências em cursos de natureza profissionalizante: promoção da colaboração ou da competição?**

**Henriqueta Costa**

**Isolina Oliveira**

LE@D - Laboratório de Educação a Distância e E-learning

**E-mail de contacto:** henriquetascosta@gmail.com

**Resumo:** As rápidas mudanças tecnológicas das últimas duas décadas permitiram aos estudantes que hoje frequentam o ensino secundário a aquisição de conhecimentos e hábitos de utilização das tecnologias mais desenvolvidos do que quaisquer outros atores educativos.

A Europa assumiu, na Estratégia de Lisboa, a importância do acesso universal às TIC e do desenvolvimento de competências digitais, científicas e tecnológicas. Por seu lado, Portugal, com a implementação do Plano Tecnológico comprometeu-se em “criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era.”

Nas escolas públicas, professores de matemática, física e química de estudantes dos cursos de natureza profissionalizante confrontam-se com exigências curriculares que apontam para a utilização das novas tecnologias, contudo, limitações sociais e estruturais condicionam o trabalho desenvolvido nas salas de aula.

Nesta comunicação pretende-se apresentar os resultados prévios de um estudo realizado sobre a utilização das tecnologias em cursos de natureza profissionalizante nas disciplinas de matemática, física e química. Mais especificamente, procura-se reflectir sobre como são explorados pelos professores os recursos tecnológicos que a escola coloca ao dispor dos seus alunos. Serão eles utilizados na promoção do trabalho colaborativo, de equipa ou, por outro lado, vão estes recursos tecnológicos isolar cada aluno no seu trabalho individual acentuando diferenças económico-sociais que a escola deveria esbater? Como podem os professores aliar o desenvolvimento de competências digitais e científicas ao desenvolvimento de competências sociais?

#### 49. Liderança ou lideranças nas escolas?

**Helena Aleluia**

**José Fragoso**

**Liliana Sousa**

**Lídia Grave-Resendes**

Universidade Aberta

**E-mail de contacto:** helena.aleluia@gmail.com

**Resumo:** Algo continua a faltar nas escolas... Acreditamos ser a falta de liderança. Todavia, pomos a tónica não na liderança, mas nas lideranças, a chamada liderança distributiva que é o motor para a mudança, a inovação, o sucesso e a qualidade na educação. Sendo uma teoria já com alguns anos, aparentemente ignorada e só recentemente retomada, a liderança distributiva é a alavanca que o atual processo de ensino / aprendizagem necessita para o sucesso.

É premente, nas nossas escolas, agentes educativos com perfil de liderança que se assumam aprendentes (em comunidade), que partilhem a visão estratégica da organização e consigam levar os alunos a serem, eles próprios, líderes aprendentes. Só assim, podemos falar de escola democrática e de qualidade!

Efetivamente, as escolas precisam de líderes de topo atentos, com paixão, com visão estratégica partilhada, apoiada pela comunidade e que lidem com a mudança. Estes deverão ser capazes de tornar a escola numa comunidade de aprendizagem, de trabalho colaborativo, fomentando o otimismo, o pensamento autónomo, inovador e criativo.

Além da liderança de topo, as lideranças intermédias assumem um papel relevante na melhoria do processo de ensino-aprendizagem e na comunicação organizacional, uma vez que fazem a ligação entre os vários elementos da comunidade educativa, sendo o seu perfil determinante para o sucesso da liderança e da organização.

Uma das lideranças intermédias poderosíssima, catalisadora da comunicação organizacional é a Biblioteca escolar, a *interface* muitas vezes necessária entre todos os elementos da comunidade escolar, assumindo-se como mediadora sócio-pedagógica riquíssima e como promotora do trabalho colaborativo, dando vida à escola e fazendo desta uma tarefa coletiva.

Na Europa, nomeadamente em Bruxelas, e no mundo, os ventos de mudança, empurrados pelas alterações económicas, tecnológicas e sociais, têm trazido ao de cima preocupações semelhantes àquelas que se têm vivido em Portugal. As questões de liderança são vistas como essenciais na organização escolar. Deste modo, entendemos que o conhecimento da realidade destas escolas, em comparação com o que se passa em Portugal, pode trazer contribuições enriquecedoras para a compreensão das diferentes lideranças educacionais, tendo sempre em vista o desenvolvimento e a melhoria das aprendizagens dos alunos e a tão necessária escola de qualidade.

## **50. A contratualização da autonomia das escolas: o público e o privado em questão**

**José Hipólito**

Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** johipolito@gmail.com

**Resumo:** A comunicação tem como objeto o processo de contratualização da autonomia das escolas, que decorreu entre Janeiro de 2006 e Setembro de 2007, durante o mandato do XVII governo constitucional. Este processo inscreve-se na política de reforço da autonomia das escolas, iniciada em Portugal na segunda metade da década de oitenta do século XX.

O estudo, assente na pesquisa documental e nas entrevistas aos participantes no processo de contratualização, tem como referência teórica a abordagem da regulação enquanto problemática da análise das políticas públicas, onde as políticas são entendidas como ação pública e a contratualização como um processo de instrumentação da ação pública.

Destaca-se neste processo de contratualização da autonomia das escolas a presença de uma dinâmica de (re) institucionalização da ação pública, orientada por um referencial de desdiferenciação da ação do Estado em relação à sociedade, onde se questionam as fronteiras dos reportórios público e privado de ação.

Mobilizando os saberes «gerencialistas» e a externalização da expertise na sua fabricação, o contrato de autonomia, enquanto instrumento de regulação, exerce uma normatividade mais assente no consentimento dos destinatários do que na força jurídica, revelando uma configuração de quase-contrato. Deste modo, pretende-se ultrapassar as críticas ao modo de regulação burocrático e, ao mesmo tempo, promover uma legitimação baseada no processo de implementação.

## **51. Gestão intermédia em departamentos curriculares: coordenação e liderança nas práticas educativas**

**Fernanda Maria Rodrigues da Silva Macedo**

UPT

**E-mail de contacto:** fernandamacedo1@sapo.pt

**Resumo:** Integrada no âmbito de um projeto de Doutoramento em Educação, a nossa investigação centra-se no estudo da liderança e da coordenação, associadas ao desempenho do cargo de coordenador de departamento enquanto estrutura de gestão intermédia da escola, já que é nossa convicção, pela experiência que temos, que a qualidade do trabalho realizado pelos docentes depende, cada vez mais, da forma como estas estruturas assumem ativamente o papel que lhes cabe ..

Neste contexto, esta problemática inspirou o tema e a estruturação do nosso trabalho, para o qual partimos questionando a forma como estas estruturas lidam com a mudança que se preconiza, no desempenho e responsabilidades das funções que lhes são atribuídas. Deste modo, pretendemos confrontar conceções de coordenadores de departamento acerca do seu tipo de liderança/supervisão com a sua prática efectiva no desempenho dessa função. Ambiciona-se, assim, na procura de dar resposta a este problema, conhecer as conceções dos coordenadores relativamente ao seu papel e funções; verificar em que medida as suas conceções se aproximam, ou não, de um desempenho de efectiva liderança e supervisão; identificar constrangimentos e possibilidades ao adequado desempenho das funções inerentes ao cargo de coordenador do departamento; relacionar as funções e papéis dos coordenadores com o desempenho efectivo de liderança e coordenação.

Como opção relativamente ao percurso e métodos de recolha, tratamento e análise de dados, propomos uma metodologia predominantemente qualitativa, com uma componente quantitativa, numa lógica de “estudo de caso”, de carácter descritivo e interpretativo. Os dados recolhidos, através de entrevistas e questionários, serão posteriormente tratados e será feito o procedimento de análise do conteúdo, no sentido de dar resposta às questões-problema formuladas e que orientam este trabalho.

Nesta comunicação apresentar-se-ão os resultados preliminares da aplicação do questionário concebido para efeito deste estudo. A amostra é constituída por 20 questionários, tendo em conta a população do estudo. Os resultados apresentados também serviram para a validação do instrumento utilizado, bem como para a avaliação do design do estudo.

## **52. Redes e parcerias para a melhoria das escolas: A colaboração como novo paradigma?**

**Florbela de Sousa**

**Paulo Bernardo**

Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** flsousa@ie.ul.pt

**Resumo:** As comunidades estão mais sensíveis aos desafios colocados às escolas face às necessidades decorrentes dos diversos contextos em que se inserem. Há já evidências investigativas de que a colaboração orientada resulta melhor do que estratégias competitivas. O potencial conhecimento que tem vindo a manifestar-se a partir das dinâmicas que emergem das novas relações entre as escolas e as autarquias, a partir da diversidade de redes que se tecem e configuram nas comunidades locais em parcerias inovadoras, levantam-nos a questão: - Será isto o princípio do fim do isolamento do trabalho nas escolas? Estará a desenhar-se um novo paradigma?

A partir de dados recolhidos no âmbito de um projeto mais alargado sobre o trabalho em rede entre escolas e autarquias, podemos detetar um objetivo comum entre os vários parceiros que se traduz no envolvimento e procura da melhoria das condições para uma efetiva justiça social que facilite o sucesso das crianças e jovens. A outro nível, podemos concluir que as práticas colaborativas e as sinergias geradas por estas parcerias possibilitam a transferência de conhecimentos e abrem espaços de oportunidade para a capacitação das escolas e dos seus atores.

As redes assumem-se como meios otimizados e adaptáveis às rápidas mudanças sócio económicas a que as escolas estão sujeitas e que têm dificuldade em ultrapassar. Procuramos compreender como funcionam, a sua influência e efeitos nas lideranças escolares e que expectativas geram nos diversos "interessados" educacionais. Analisamos dimensões de interferência no conhecimento organizacional e político decorrente do desenvolvimento estratégico do poder local e da melhoria da prestação do serviço público de educação.

Procuramos não só entender as estratégias meramente instrumentais dos vários parceiros, não menos importantes para a sustentabilidade do processo educativo, mas, sobretudo, a visão prospetiva sobre a importância da educação no e para o desenvolvimento local.



**53. Colaboração na elaboração do projeto político pedagógico, uma perspectiva democrática.**

**Danieli Helena Rampelotti**

Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

**E-mail de contacto:** danieliapoioescola@yahoo.com.br

**Resumo:** Colaboração na elaboração do projeto político pedagógico, uma perspectiva democrática.

Nos dias atuais, com o mercado de trabalho tão focado em trabalho em equipe e democracia além de competitividade, não podemos mais ter uma escola que tenha somente como objetivo formar alunos para passar nos vestibular, precisamos de instituições democráticas, participativas que formem cidadãos críticos pensantes capazes de transformar o meio em que vivem.

Para que isto aconteça, é necessário que o próprio projeto político pedagógico, documento que rege a escola, venha a ter a colaboração de todos os envolvidos na instituição, e que não seja mais um documento engavetado.

O projeto político pedagógico deve ter a participação desde o pedagogo, como o gestor escolar chegando até o porteiro pois dentro de uma instituição de ensino todos são educadores.

Para esse documento ser realizado de maneira democrática e participativa é necessário se ter um gestor que seja flexível, que concorde com mudanças e que venha promover a colaboração de todos neste documento que rege a escola.

Não basta dizer que a escola é democrática, é necessário que ela viva a colaboração de todos na prática, e nada melhor que se ter início pela construção democrática do projeto político pedagógico.

## **54. Das políticas educativas às práticas curriculares**

**Carla Lacerda Marques**

Escola Superior de Educação de Viseu

**E-mail de contacto:** cmarques@esev.ipv.pt

**Resumo:** A presente comunicação insere-se num projeto de doutoramento que tem por objetivo central compreender o modo como as políticas educativas influenciam as conceções e práticas curriculares dos professores.

A investigação centra-se numa meta-análise a estudos cuja problemática foi compreender a implicação das reformas nas conceções e práticas curriculares dos professores nos últimos anos, nomeadamente aqueles que se centralizaram sobre o nosso período em análise (1995 - 2001) e cujas mudanças se relacionaram com a reorganização curricular do ensino básico de 2001.

Este conjunto de mudanças, de reformas, de publicitação de normativos, de produção de textos e de investigações despertaram a curiosidade para o entendimento dos sentidos, dos significados, das implicações e das consequências que as reformas (ou contra-reformas) assumiram nas escolas e nos professores. Pois que nesta investigação parte-se do pressuposto que nenhuma análise curricular pode considerar-se completamente séria se não colocar no seu âmago uma atenção à definição de política educativa presente, numa determinada época e num determinado contexto. E embora se apresentem apenas resultados provisórios é possível compreender que as mudanças não têm mais nenhum efeito que não aquele que os professores lhes quiserem dar. Nas escolas o desempenho dos professores é determinante para qualquer objetivo que se espere alcançar, portanto qualquer teoria de mudança, qualquer reforma que se queira implementar não deve ignorar o terreno da ação do professor, portanto o seu contexto e a sua personalidade.

É neste entrecho de relação entre mudança de políticas educativas e mudança de práticas curriculares que a presente proposta de comunicação se concretiza.

**55. O real, o aparente e o imediato: a situação da educação pública brasileira no Plano de Desenvolvimento da Educação e a melhoria da qualidade de ensino**

**Valeria M Brasil**

**Claudia D Bianchi**

**Daniel Vieira da Silva**

Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

**E-mail de contacto:** valeria-brasil@hotmail.com

**Resumo:** A análise do fenômeno educativo implica em compreender as idéias em torno da educação brasileira a partir do Plano Nacional de Educação, plano este situado historicamente em dado contexto educacional, social, político e econômico.

A ocultação desta análise implica em velar, privar, omitir, desconsiderar a real situação educacional de um país de exclusão, da miséria econômica, do analfabetismo operante e um complexo sistema social que convive com a tecnologia e a exclusão social.

A compreensão da educação como atividade humana e organizadora da sociedade é marcada pelo processo de conflitos de classes de interesses antagônicos e contradições do modo de produção capitalista, inerente ao homem e ao próprio processo de hominização, pois para ser homem, necessariamente, este precisa vivenciar o processo educativo com outros homens.

Deste modo, a educação tem papel importante no interior do desvelamento das idéias discutidas enquanto propostas apresentadas no Plano Nacional de Educação.

Atualmente, o Brasil, continua a apresentar índices de repetência e abandono escolar entre os mais elevados da América Latina, aproximadamente 13,8 % dos brasileiros largam os estudos nos primeiros anos do ensino básico e 18,7 % reprovam no ensino fundamental, estes altos índices são o provável resultado da baixa qualidade de ensino, segundo dados do relatório da UNESCO de 2008.

Neste contexto, provocam-se inúmeras indagações sejam elas, as mais variadas questões: de organização educacional, de entendimento político, de gestão educacional, de exclusões sociais e/ou culturais que nos levam a pensar sobre o ensino.

Indagações estas que nos fazem refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades da organização das escolas públicas brasileiras. Este é um debate que por si só nos aponta que há muito a ser discutido, porém nos atentaremos ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Educação que aguarda aprovação no Congresso Nacional para este ano de 2012.

## **56. Redes sociais e políticas: genealogia das políticas públicas de educação sexual**

**Carla Cibebe Figueiredo**

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

**E-mail de contacto:** cibelaster@gmail.com

**Resumo:** Esta comunicação representa uma síntese da tese de doutoramento concluída no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa em 2011, na área de Administração escolar e políticas educativas, sendo esse o enquadramento teórico e metodológico adoptado para a análise das políticas públicas de Educação Sexual. A escolha da temática – Educação Sexual em Meio Escolar – está relacionada com o seu potencial de controvérsia, permanente ao longo do período em estudo (1984-2009), e com o seu grau de abrangência social quer em termos de envolvimento de actores, quer em termos de níveis e lugares de decisão. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação multi-nível, com enfoque no conceito de rede política. O testemunho de actores significativos é recolhido através de entrevista e as fontes documentais são utilizadas como meio complementar de pesquisa.

Das suas conclusões evidencia-se a multiplicidade de actores nacionais e internacionais juntos numa malha interactiva que integra e constrói paradigmas que vão influenciando as políticas em forma e conteúdo. A coordenação desta política pública está longe de ser linear; ela é feita de continuidades, rupturas, ambiguidades, verificando-se que o contributo do conhecimento, essencialmente trazido por especialistas de diversas organizações, tem tido um papel de legitimação social das medidas tomadas pela Administração. Tal legitimidade, embora importante, não é suficiente para anular a controvérsia existente nesta área, muito atravessada por diferentes crenças e valores de quem se assume a favor e contra a Educação Sexual em Meio Escolar. Consideramos que, por outro lado, o estudo de caso local evidencia modos especialmente bem sucedidos de interacção entre os diferentes actores da comunidade, e uma visão claramente co-construída do que é a Educação Sexual, o que não sendo contrastante com o que se percebe a nível nacional, expressa um diálogo especialmente rico em termos dos sectores da saúde e da educação.

**57. Contratos de autonomia das escolas no sistema educativo público português:  
dinâmicas organizacionais promovidas pela contratualização**

**Armando Cunha**

**Nilza Costa**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** armandocunha@ua.pt

**Resumo:** A autonomia para as escolas públicas do Ensino Básico e Secundário em Portugal, prevista desde 1989 (DL n.º 43/89, de 3 de Fevereiro), tem sido sistematicamente adiada. As mudanças sucessivas nas orientações da política educativa ajudam a este adiamento da autonomia que a retórica do discurso político dos sucessivos governos vai alimentando, sem contudo, proceder à sua implementação.

Finalmente, em 2007, a coberto do DL n.º 115-A/98, de 4 de Maio, avançou-se para a assinatura de 22 contratos de autonomia (CA) com escolas e agrupamentos.

No âmbito do projecto de investigação que desenvolvemos, construímos um dispositivo de avaliação com o qual procuramos identificar evidências da autonomia contratualizada. Numa primeira fase, analisando os CA e as respostas a questionário enviado em 2010 aos Directores das 22 escolas/agrupamentos com autonomia efectuamos uma aproximação global à problemática.

Numa segunda fase, ocorrida no primeiro semestre de 2011 efectuamos entrevistas a dirigentes intermédios e de topo do Agrupamento. Também analisamos Relatórios de Progresso e Pareceres da Comissão de Acompanhamento Local ao CA.

Os resultados obtidos permitem-nos compreender, através do referencial teórico construído, alguns dos impactos da assinatura de um CA ao nível de um Agrupamento de Escolas de escolha deliberada.

Embora no referencial construído se tenham considerado as dimensões de Entrada, Construção e Produtos, neste trabalho consideramos oportuno abordar a dimensão de Construção, por ser a que mais se associa ao desenvolvimento de dinâmicas organizacionais veiculadas pelo CA.

Para organizar os dados, estabelecemos categorias de análise associadas ao desenvolvimento do projecto educativo, intervenção dos parceiros, dinâmicas de intervenção geradas pelo CA e avaliação ao desenvolvimento do CA.

Os resultados obtidos indicam, face aos referentes estabelecidos, que se geraram novas dinâmicas e que o projecto educativo se desenvolve em consonância com a autonomia concedida. Contudo, existem debilidades no que diz respeito à intervenção dos parceiros educativos e a mecanismos de avaliação.

## **58. Avaliação externa, autoavaliação e rankings das escolas: competindo pelos melhores resultados**

**António Amaral Fonseca**

**Jorge Adelino Costa**

AE de Tondela; Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** [fonseca.a@ua.pt](mailto:fonseca.a@ua.pt)

**Resumo:** Analisar o desenvolvimento da avaliação de escolas, quer externa, quer interna, ganha ênfase neste contexto em que o tema da avaliação de escolas é incontornável no atual panorama educativo de crescente liberalização e regulação pela prestação de contas e que suscita, cada vez mais, o interesse dos decisores políticos, dos gestores escolares, dos professores, dos pais e do público em geral. O presente trabalho constitui um estudo exploratório que, nesse sentido, procurou analisar a relação entre a avaliação externa das escolas, em particular o domínio da auto-avaliação, e os resultados dos alunos nos exames nacionais do 9.º ano e do 12.º ano. A investigação consubstanciou-se, numa fase inicial, na verificação da relação entre a posição obtida pelas escolas nos rankings nacionais (9.ºano, 12.º ano e 9.º+12.º ano) e os resultados atribuídos pela Inspeção-Geral da Educação (IGE) no processo de avaliação externa dessas mesmas escolas. Posteriormente, caracterizaram-se os processos, o uso e os fins dados à auto-avaliação dessas mesmas escolas, com base no olhar da IGE patente nos respetivos relatórios de avaliação externa. Os resultados do estudo apontaram para uma avaliação, quer interna quer externa, débil, ainda num período germinal, sem significativos impactos na implementação e apoio à melhoria. Reforçada por uma avaliação externa de “teor burocrático”, em que a IGE acentuadamente valoriza mais a existência de um relatório do que o uso efectivo dado ao mesmo na implementação e apoio à melhoria das organizações escolares. Parece ainda poder inferir-se, pelo menos em alguns casos, a existência de um “contágio positivo” entre os bons resultados dos alunos patentes nas escolas “melhor” posicionadas nos rankings e as correspondentes classificações atribuídas pela Inspeção-Geral da Educação no domínio da Capacidade de Autorregulação e Melhoria, situação que questiona as melhores pretensões de qualquer modelo de avaliação.

**59. As políticas públicas e a gestão pedagógicas das TICs: reflexões sobre o modelo Brasil/Portugal**

**Ronaldo Nunes Linhares**

**Maria José Loureiro**

**Fernando Ramos**

Universidade Tiradentes; Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** linhares@ua.pt

**Resumo:** As duas últimas décadas do século passado foram prodigiosas em políticas e projectos de implantação das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação tanto para o Brasil quanto para Portugal. Mesmo resgatando a sua história, nestes países foram estas duas últimas décadas em que o conceito de sociedade da informação foi instaurado como um desafio e uma proposta definida pela UNESCO a partir da 1 Conferência mundial para a sociedade da informação e do lançamento do livro verde neste dois países. A corrida pela melhoria da formação de mão de obra para um mercado globalizado e dominado pelas TIC, exigia destes países um olhar especial sobre a escola como espaço de formação profissional que fosse além das escolas de formação técnica e preparasse desde a alfabetização os alunos, e mais tarde a comunidade escolar, para a cultura digital e o domínio de competências mínimas para enfrentar a sociedade da informação. Tendo a escola com um locus de formação privilegiado, foram lançados um conjunto de projectos e programas que, com estratégias diferentes tinham o mesmo objetivo descrito acima. Neste sentido desde a implantação de computadores para aperfeiçoamento da gestão até laboratórios e laptop para os alunos e professores estes projetos trouxeram avanços efectivos no campo da administração escolar embora ainda pouco mensuráveis no campo da aprendizagem. Entretanto, desde a implantação das TIC no espaço escolar, os modelos de gestão destas tecnologias não avançaram. Modelos antigos focados nas tecnologias impressas, distanciam-se do modelo baseado nas constantes transformações técnico científicas que caracteriza o uso de TIC nos últimos anos. Tendo como base alguns estudos brasileiros e portugueses e a opinião de professores portugueses, obtidas através de entrevistas sobre Projecto Magalhães, este artigo pretende reflectir sobre os problemas de gestão das TIC identificados nestes documentos, principalmente aqueles relacionadas ao uso pedagógico de TIC na educação proveniente dos programas/projectos implantados no Brasil e em Portugal nos últimos anos.

## **60. Gerencialismo ou gestão democrática: o banco mundial e a avaliação da educação básica num estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS, Brasil**

**Berenice Corsetti**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos – Brasil

**E-mail de contacto:** cor7@terra.com.br

**Resumo:** O trabalho que apresentamos faz parte de uma investigação mais ampla que estamos desenvolvendo e que busca esclarecer a relação existente entre as orientações estabelecidas pelo Banco Mundial e a política educacional brasileira, particularmente no que se refere à avaliação da Educação Básica nos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul, delimitando a investigação ao município de Novo Hamburgo, a partir de uma opção metodológica pelo estudo de caso. A aplicação das diretrizes internacionais no campo da avaliação da qualidade da Educação Básica no Rio Grande do Sul ainda não foi suficientemente investigada e se constitui no elemento novo e importante para percebermos as implicações no que tange à gestão democrática da escola. O município em questão atingiu elevados índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, o que trouxe consultores do Banco Mundial para avaliar a experiência municipal, que foi considerada um êxito localizado na gestão da Secretária de Educação, numa perspectiva claramente gerencialista. Por compreendermos que a situação desse município é bem mais complexa do que os resultados antecipados pelos representantes do Banco Mundial, estamos desenvolvendo a pesquisa referida, por entendermos que ela pode oferecer subsídios para a compreensão mais ampla da problemática da política educacional municipal, no que tange às questões de gestão e avaliação da educação. O estudo de caso, como estratégia metodológica, tem seu desdobramento nos marcos da metodologia histórico-crítica, procurando articular texto e contexto, analisando os documentos históricos e os relatos dos sujeitos da pesquisa, que se constituem em fontes para o trabalho, numa perspectiva dialética.



**61. (RE)Construção das políticas de avaliação docente em contextos da prática: processos de não-linearidade, interdependência e adaptação complexa**

**Maria de Fátima Chorão Sanches**

**Manuela Jacinto**

Unidade de Investigação em Educação e Formação - Instituto de Educação- Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** fsanches@ie.ul.pt

**Resumo:** Em tempo de mudanças reguladoras da profissão docente, as políticas mais recentes constituíram-se como espaços públicos propícios ao confronto interpretativo entre pensamento político e profissional divergente, ao digladiar de interesses e expectativas competitivas e à emergência de intencionalidades e aspirações antagónicas. Quer na conceção, quer no processo de legitimar as políticas de avaliação docente, entrecruzaram-se redes sistémicas de influência, ao nível dos decisores políticos e do envolvimento dos atores locais. Mais ainda, o evoluir reconstrutivo dessas políticas expôs complexidades novas questionadoras das finalidades e processos estratégicos, dificultando o consenso negocial tão fundamental à sua credibilidade.

Fundamentando-se na perspectiva teórica da complexidade, o foco da comunicação incide sobre a construção dos instrumentos de avaliação nas escolas, entendida como ação discursiva singular, interpretativa, de re-significação e apropriação. O estudo global, no qual a comunicação se baseia, propôs-se compreender as políticas “em uso” de avaliação docente, partindo do pressuposto contextual de que elas introduziram factores contraditórios de profunda indeterminação nas escolas. Importava conhecer a que princípios adaptativos e de não-linearidade recorreram as escolas e os professores. Que padrões de interdependências e de interações profissionais emergiram no processo de adaptação complexa às novas políticas de avaliação profissional? Em que medida as políticas oficiais despoletaram lógicas e dinâmicas organizacionais caracterizadoras de (novas) culturas de avaliação do desempenho docente?

Conjugaram-se dados recolhidos para a investigação empírica provenientes de um questionário a professores e de um estudo de caso múltiplo de escolas. A análise permitiu caracterizar lógicas de acção adaptativa complexa. Por um lado, identificaram-se posicionamentos de incerteza e ambivalência, articulados com a procura de uma legitimação interna da escola em relação ao novo trabalho a realizar. Por outro lado, a implementação da avaliação docente implicou lógicas de aprendizagem organizacional e enfatizou novos processos de feição colaborativa em torno da acção dos membros da Comissão Coordenadora da Avaliação do Desempenho.

## 62. Do Estado (não) educador aos agentes educativos gestores de emoções

**Augusta Veiga Branco**

**Maria Ribeiro**

**Celeste Antão**

Instituto Politécnico de Bragança

**E-mail de contacto:** aubra@ipb.pt

**Resumo:** A atual ideologia educativa, parece organizar-se mais em torno da noção de disciplinas com conteúdos a transmitir, do que na noção de professor que partilha saberes, aprendidos, refletidos e construídos nas experiências. Assim, expõe-se um exercício de desocultação da construção da identidade do professor e da organização do seu campo de trabalho, cuja pertinência se assume aqui, expressa através dos Objetivos, colocados como questões: Como se define atualmente – na perceção dos professores - a política educativa? Que novas competências se tornam necessárias? Porque é sentido como pertinente a necessidade de gestão de emoções? Como está a ser construída esta Competência, e em que situações é aplicável?

Para dar resposta às questões formuladas, estruturou-se um estudo de carácter qualitativo, com base de referência na “grounded theory”, partindo da análise de conteúdo aos dispositivos discursivos de uma amostra intencional de 18 professores do ensino básico e secundário do Norte de Portugal. Desta análise, emergiu uma árvore categorial com três gerações de categorias relativas ao campo de trabalho: A primeira situa-se na “Gestão de Emoções” e gera as subcategorias: “Gestão de Emoções” e “Gestão de Emoções em Grupos”; a 2ª categoria, é relativa às “Turbulências” de contexto, e gera 3 subcategorias: “Uma Caldeira chamada Escola”, “Uma Identidade”, e “De casa às Costas”; a terceira insere as “Desmotivações”, e gera as subcategorias: “Ninguém é Perfeito”, “O Ministério e Sindicatos”, e “A Situação é Confusa”.

Em conclusão, surgiu uma teoria fundamentada nos resultados, acerca da expressão da Gestão Emocional destes professores, nas problemáticas e constrangimentos, por eles identificados, no seu campo de ação, em cuja lógica argumentativa, o Ministério da Educação e a Gestão Escolar são percecionados como figuras de descrédito, aos quais, a sua lógica conceptual educativa, não reconhece como exemplo de Estado Educador, nem por isso, lhes prestam tributo.

### 63. Contributos das abordagens das redes sociais para o estudo das relações entre escolas

**Sofia Viseu**

Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

**E-mail de contacto:** sviseu@ie.ul.pt

**Resumo:** Retomando uma linha de investigação que têm incidido sobre a emergência de um mercado educativo e de uma mudança da regulação pela oferta para a regulação pela procura no quadro das teorias da regulação social (Barroso, & Viseu, 2003; 2006), esta comunicação visa demonstrar (um possível) contributo da análise das redes sociais para o estudo das relações entre escolas e dos mecanismos de regulação local do sistema científico.

Para tal, procurarei mostrar o potencial da análise dos fluxos escolares dos alunos como um importante indicador das relações entre escolas: permitem identificar processos de regulação autónoma resultantes das opções dos alunos e suas famílias e, em simultâneo, verificar em que medida essas opções são condicionadas pelas normas de regulação institucional do sistema educativo local, nomeadamente a carta escolar.

Neste contexto, evoco o contributo de Wellman & Berkowitz (1991) para se referirem às redes sociais, antes de mais, como uma ferramenta intelectual de análise para observar as relações dos atores e assim interpretar o sentido político das suas interações. De resto, no âmbito dos estudos das políticas públicas, o recurso às abordagens e metodologias das redes sociais tem vindo a aumentar substancialmente nas últimas décadas. Apesar de diversos enfoques, a abordagem das redes assume que os fenómenos sociais podem ser explicados pela análise das relações pela natureza das trocas que se estabelecem, bem como das normas que regulam a sua ação (Degenne & Forsé, 1994).

Por isso, estas abordagens acompanham a ideia de que a regulação local se desenvolve numa lógica reticular, não hierárquica, em que a rede funciona como um enquadramento concetual adequado para o estudo das relações entre escolas (Barroso, 2006), olhadas através dos fluxos de alunos que ocorrem entre si.

#### **64. Preconceito, identidade, respeito e a gestão da formação humana: por uma cidadania plena**

**Naura Syria carapeto Ferreira**

**Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato**

**Marcia Mocelin**

Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

**E-mail de contacto:** nauraf@uol.com.br

**Resumo:** Este trabalho discute como ressignificar e transformar a formação da infância e dos educadores, a partir da reflexão sobre a violência do mundo hodierno que destrói mentes e corações de toda a humanidade. Tal exigência requer o compromisso de educadores e professores, pais, políticos e da gestão da educação que abrange a gestão da vida humana, no sentido de refletir sobre os conteúdos científico, técnicos, éticos e políticos que são trabalhados na formação humana. Essa exposição alicerçada em pesquisas desenvolvidas pretende discutir no sentido de superar, políticas educacionais que se alicerçam em preconceitos, estereótipos e comportamentos, espontaneistas, assistencialistas ou adultocêntricos visando garantir a formação de cidadãos cômicos e respeitáveis, mas ajustados emocionalmente com um forte caráter e, principalmente o direito inalienável de cada criança ser feliz. Discute uma educação que respeite seus direitos, considere suas vozes, suas formas de expressão, os espaços do brincar, valorizando sua curiosidade sobre o mundo. Neste sentido, tempo e espaço se articulam com a história, que construímos e que nos constrói, que marca e é marcada pelas crianças e suas diferentes formas de vivência da infância. Discute-se como história humana é marcada por “descontinuidades”, salientando que as transformações hodiernas e os modos de vida que a contemporaneidade fez surgir afasta-nos de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma forma sem precedentes. Tanto em extensividade como em intensividade, as transformações científico-tecnológicas, econômico-sociais, ético-políticas e culturais no mundo globalizado são mais profundas do que a maior parte das mudanças características de todos os períodos históricos até então vividos influenciando “pedagogicamente” todos os seres humanos. Necessário se faz a construção de uma nova ética fundada na solidariedade do mundo dos valores humanos e do verdadeiro sentido da vida humana para uma formação cidadã.

## 65. Gestão democrática na escola: entre o saber e o fazer

**Fatima Aparecida da Silva Iocca**

Universidade do Estado de Mato Grosso - Brasil

**E-mail de contato:** iocca@unemat.br

**Resumo:** Na gestão democrática, todos os profissionais da comunidade escolar, os pais e a comunidade externa, são responsáveis pela educação, contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem. A presente análise é fruto de observação ativa, análise de PPP (Projeto Político Pedagógico) e dos relatórios dos bolsistas, acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de SINOP/MT-Brasil, que atuam em três escolas parceiras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), nos períodos de 2010/2011, busca compreender as dificuldades da gestão, as responsabilidades, a relação com a comunidade escolar e os pais, e a percepção da comunidade escolar referente a gestão. Conclui-se que há pouca participação da comunidade escolar e externa nas reuniões, o conselho escolar atuante, o PPP está atualizado e o regimento escolar reformulado; faltam professores e incentivo à formação continuada, dificuldade de locomoção até as escolas, alta rotatividade de alunos, estrutura física sucateada (escola há 20 anos sem reforma), falta de materiais didáticos pedagógicos, bibliotecas (2 em implantação), ausência de refeitório (crianças alimentam-se em pé, sentado na grama ou na sala de aula), uma das escolas tem refeitório, situações que refletem no IDEB baixo (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A gestão democrática que deveria existir nas escolas, raras vezes ocorre, há pouca ou nenhuma participação da comunidade escolar e externa. Os gestores nas escolas parceiras estão sobrecarregados devido à burocracia, muitas vezes são tarefeiros, tempo escasso para a articulação e efetivação da gestão de fato democrática, onde a educação ocorra através de repensar, refazer e reconstruir com participação e autonomia da unidade escolar, perpassando pelo compromisso e valorização do processo de ensino aprendizagem, contribuindo com a construção da sociedade democrática, autônoma e independente.

**66. Que aconteceria às escolas, num mercado de ensino, caso não apresentassem um perfil de eficácia e eficiências nas disciplinas nucleares?**

**José Alberto Lourenço Gonçalves Martins**

Instituto de Educação - Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** josealmartins@gmail.com

**Resumo:** Provavelmente por um lado, essas escolas seriam marginalizadas e as suas pedagogias não respeitariam, a ecologia de aprendizagem das crianças. Por outro lado, poderão dar origem à introdução de formas de ensino e aprendizagem alternativas e ao desenvolvimento de programas educativos mais criativos, estabelecendo novos projetos de intervenção, mais inovadores e conseqüentemente, enriquecedores das ofertas de mercado. As elações apontadas nesta comunicação baseiam-se, num estudo exploratório efetuado numa escola do Alto Minho no Distrito de Braga, com o objetivo de simular cenários estratégicos de respostas à problemática apontada.

Parte-se deste modo, do reportório de funcionamento cognitivo, com base na Teoria das Múltiplas Inteligências (Gardner, 1995) tendo como pano de fundo, uma amostra de conveniência constituída por cinquenta e oito alunos (N=58) sendo 19 do sexo feminino (32,8%) e 39 do sexo masculino (67,2%).

Os resultados permitem-nos tecer pelo menos dois cenários. O primeiro alerta-nos para a provável extinção ou redução do impacto dessa escola na localidade onde se situa. O segundo, procura encontrar uma resposta para o problema, através da adoção de estratégias de ensino ecológicas e diferenciadas, que respeitem as características naturais dessas crianças.

## 67. La mejora de la escuela desde el asesoramiento educativo

**Beatriz Barrero Fernández**

Universidad de Granada

**E-mail de contacto:** beabarrero@ugr.es

**Resumo:** El trabajo forma parte de una investigación mayor en la universidad de Granada sobre la mejora de la escuela desde la asesoría pedagógica. Los intentos de mejora, impulsados desde el proyecto IPSI, siguen siendo una meta a alcanzar por los centros educativos españoles, en afán de alcanzar la idea de “buena educación para todos” (Escudero, 2002).

El estudio pretende abrir una línea de renovación y reconstrucción de funciones de uno de los servicios de apoyo a la escuela con los que cuenta la comunidad autónoma de Andalucía. Autores como Louis et al, 1985, Hopkins, 1985, Holly, 1991 defienden que para que el cambio sea efectivo es necesario contar con agentes de apoyo que medien en el proceso. Por ello la investigación se va a centrar en documentar y analizar todo un proceso de apoyo, para ver qué conflictos, dilemas, tensiones, etc. se encuentra estos especialistas a la hora de apoyar al profesorado en el camino hacia la mejora.

La metodología elegida se asienta en la perspectiva cualitativa, apoyada por las recomendaciones de autores como: Flick, (2004) o Albert Gómez, (2006) como la mas pertinente para el análisis, la comprensión, la valoración de situaciones específicas y/o la resolución de los problemas.

Se ha realizado un estudio de caso único, utilizando la entrevista con carácter biográfico-narrativo, como mejor instrumento para la recogida de evidencias (Bolívar, Domingo y Fernández, 2001). Los resultados ponen de manifiesto la importancia de tener una metodología bien interiorizada, unos nortes bien definidos. Al igual que es clave para el éxito tener un contacto directo con los agentes más importantes del contexto escolar (director/jefatura de estudios). La labor de estos profesionales debe girar entorno al constructivismo, la colaboración y la visión estratégica de procesos, alejándose de la intervención puntual para dar paso a un profesional mediador del conocimiento y facilitador de formación e información.

## **68. A autonomia das Escolas Básicas do 1º Ciclo com Pré-Escolar da Região Autónoma da Madeira – da teoria à prática**

**Ana Sofia Quintaneiro**

**Alice Mendonça**

**António V. Bento**

Jardim de Infância “O Pião”; Centro de Investigação Em Educação - Universidade da Madeira

**E-mail de contacto:** [anasofiafrancopinto@gmail.com](mailto:anasofiafrancopinto@gmail.com)

**Resumo:** No Portugal hodierno, quando se fala em educação, a autonomia das escolas assume um papel relevante para todos os intervenientes nos contextos educativos e nas políticas educativas. Na actual legislação que implementou a autonomia escolar, o termo autonomia aparece associado a toda a orgânica administrativa e pedagógica das escolas e à relação Município/Escola, onde se destaca o alargamento das competências dos municípios no âmbito da educação e ainda a reestruturação do sistema de ensino.

Situado na área da Administração Educacional, este estudo utilizou como suporte teórico dominante as diferentes perspectivas de autores reconhecidos pelas suas abordagens sobre a temática da autonomia das escolas assim como a legislação em vigor sobre esta temática. Do ponto de vista metodológico, utilizámos uma metodologia simultaneamente qualitativa e quantitativa que se patenteou no referencial teórico e na utilização do inquérito por questionário, aplicado a todos os Directores das Escolas Básicas do 1º Ciclo com Pré-Escolar da RAM.

Ao utilizarmos estes métodos de recolha de informação pretendemos perceber se a autonomia da escola é uma autonomia construída e desejada ou se pelo contrário, se resume a uma imposição da administração central.

Assim, questionámos os Directores das Escolas Básicas do 1º Ciclo com Pré-Escolar para saber o que pensam, como actuam, que parcerias criam e que apoios estabelecem, de modo a entendermos a força desta autonomia e conhecer o modo como ela é efectivamente entendida e praticada.

Neste estudo, concluímos que os Directores das Escolas consideram que a autonomia que lhes foi concedida não é suficiente. Assim, solicitam mais autonomia, maior poder de decisão, mais liberdade e ainda maior respeito no que concerne às opções organizacionais das suas escolas.

Para a efectivação destes objectivos, constatámos que as escolas têm desenvolvido actividades que promovem a sua autonomia, quer através de iniciativas culturais e desportivas quer através da realização de protocolos com empresas e/ou entidades, quer com toda a comunidade envolvente.

Concluímos que as escolas, personificadas nos seus directores, anseiam por mais autonomia para que lhes seja conferido um maior poder de decisão nos domínios pedagógico, curricular, administrativo e financeiro.



## 69. A Natureza Transformacional da Liderança Instrutiva

**Leonel António Ferreira Braz Rodrigues**

Agrupamento de escolas da Gafanha da Nazaré

**E-mail de contacto:** rodrigues.leonel@gmail.com

**Resumo:** Hallinger (2005), considera que o líder instrucional deve: (1) criar um sentido de propósito partilhado (incluindo objetivos específicos de aprendizagem); (2) promover a melhoria contínua da escola; (3) desenvolver um clima de expectativas altas e uma cultura de escola orientada para a inovação e melhoria da aprendizagem; (4) coordenar o currículo e monitorizar os resultados da aprendizagem dos alunos; (5) dar forma à estrutura das recompensas da escola para refletir a sua missão; (6) organizar e monitorizar as atividades destinadas ao desenvolvimento contínuo dos docentes; e (7) ser uma presença visível na escola, modelando os valores desejados da cultura de escola.

O quadro conceptual da liderança instrucional apresentada por Hallinger e Murphy (1987) e Hallinger (2008) evidencia algumas características transformacionais deste tipo de liderança. O “Principal Instructional Management Rating Scale” ou PIMRS (modelo para aplicação a professores) avalia três dimensões da liderança instrucional, isto é, (1) definição da missão da escola, (2) gestão do programa instrucional e (3) promoção de um clima de aprendizagem e cada uma destas é subdividida em funções. Assim a dimensão “Definição de uma missão para a escola” inclui as funções “Estrutura os objetivos da escola” e “Comunica os objetivos da escola; relativamente à segunda dimensão “Gestão do programa instrucional”, engloba as seguintes funções: “Supervisiona e avalia a instrução”, “Coordenação do currículo” e “Monitorização do progresso dos alunos” e por fim a terceira dimensão – “Promover um clima positivo de aprendizagem na escola” envolve as funções: “Protege o tempo instrucional”, “Mantém alta visibilidade”, “Fornece incentivos aos professores”, “Promove desenvolvimento profissional” e “Fornece incentivos para a aprendizagem”.

## **70. A micropolítica escolar: liderança, jogos de poder e conflitos.**

**Klara Fernandes**

Associação Regional de Administração Educacional

**E-mail de contacto:** klaraf@araemadeira.org

**Resumo:** Os estudos sobre os Directores de Escola, segundo Barroso (2005) constituem uma das linhas de investigação mais desenvolvidas no domínio da Administração Educacional e a sua actualidade continua patente, num país cuja produção normativa vem enfatizando cada vez mais o papel dos Directores no Governo da Escola.

É sobre este actor que queremos direccionar a nossa discussão, procurando descortinar, se este, partilha o poder (ou os poderes) pelos demais atores da Escola, ou se, pelo contrário, sujeita a sua intervenção aos imperativos da “modernização, racionalização e optimização” (Lima, 1994), submetendo o governo da escola a agendas gerencialistas e tecnocráticas.

No nosso trabalho, interessa-nos estudar a imagem da organização como sistema político. Segundo Morgan (2006), a maioria das pessoas que trabalha numa organização, admite que estão cercadas por formas de “arranjos”, através dos quais diferentes pessoas tentam ir ao encontro de interesses particulares.

Bush (2011) defende que os modelos políticos são aqueles que se caracterizam pela tomada de decisão como um processo de negociação e assumem as organizações como arenas políticas, cujos membros se envolvem em actividades políticas em busca dos seus interesses. A análise concentra-se na distribuição de poder, influência e negociação.

Ball (1987) limita a micropolítica escolar aos interesses dos atores, à manutenção do controlo da organização e aos conflitos ao redor da política. Hoyle (1988) caracteriza as micropolíticas como coligações, estratégias, influência e conhecimento. O Governo das Escolas implica relações de poder, e como tal, Dahl (1957) explicita-nos que um dos factos mais palpáveis da existência humana é o poder que uns têm sobre outros.

O presente trabalho procurará demonstrar como os modelos políticos podem transformar as escolas em micropolíticas e perceber as relações entre o diretor e os restantes atores, pondo em evidência os conceitos de poder e de conflitos que se geram nestes ambientes.

**71. Interfaces entre trabalho e gestão escolar nos discursos de professores: a escola descrita pelos gestores do pedagógico**

**Liliana Soares Ferreira**

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

**E-mail de contacto:** anaililferreira@yahoo.com.br

**Resumo:** Nessa perspectiva, o artigo sistematiza estudo a partir de entrevistas com professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, sobre as concepções e percepções sobre seu trabalho e sobre os impactos da gestão escolar no que produzem. Os discursos foram gravados, transcritos e analisados, tendo como aporte teórico-metodológico a Análise de Conteúdo. As entrevistas apresentaram questões do cotidiano da escola e do trabalho dos professores, e suas experiências, dúvidas, questionamentos relativos à gestão escolar. As respostas às questões foram organizadas na perspectiva de encontrarem-se categorias afins. Estas categorias remeteram novamente à revisão bibliográfica, para aprofundamento dos sentidos propostos pelas entrevistadas. Neste texto, apresenta-se a sistematização da análise. Os discursos analisados são reveladores de concepções idealizadas de gestão, sobretudo gestão democrática da escola e do pedagógico e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, revelam percepções da necessidade de uma efetivação destes processos na escola, de modo democrático e democratizante. Em meio a esta dicotomia, os professores produzem a aula, trabalham, movendo-se entre o que imaginam e o que é possível no cotidiano da escola. Para os interlocutores da pesquisa, a gestão democrática é uma escolha, de caráter eminentemente político, realizada no coletivo e com participação e apoio deste coletivo, na construção de uma escola em acordo com os anseios dos sujeitos que dela fazem parte. Somente em um contexto assim configurado, acreditam os entrevistados, pode acontecer a gestão do pedagógico, ou seja, o trabalho dos professores, tendo-os como sujeitos, desde a produção da aula e, nesta, a produção do conhecimento.

## **72. Sucesso escolar e os rankings das escolas no ensino da Matemática: um estudo exploratório na Região Autónoma da Madeira (RAM)**

**António Bento**

**Maria Ribeiro**

**Regina Valente**

Universidade da Madeira

**E-mail de contacto:** bento@uma.pt

**Resumo:** A publicação de rankings com os resultados dos exames nacionais e a consequente ordenação das escolas de acordo com os resultados dos seus estudantes tem suscitado alguma polémica pela forte imagem das organizações escolares, negativa ou positiva, que é transmitida à Sociedade.

Pretende-se com esta investigação identificar as variáveis promotoras do sucesso em exame, analisando a associação entre a escola frequentada, as características dos alunos e os seus resultados nos exames nacionais. Incide sobre os resultados do exame de Matemática do 9º ano de escolaridade, realizado em 2010, pelos alunos da escola secundária de maior dimensão da RAM.

Para a recolha de dados foram elaborados dois questionários, um destinado aos docentes que leccionaram Matemática e ao Director da Escola e o outro direccionado aos estudantes que frequentaram no ano letivo de 2010/2011, o 10º ano do ensino secundário e que tinham, no ano letivo anterior, feito o exame do 9º ano a Matemática.

Relativamente aos estudantes receberam-se 142 questionários de uma população constituída por 189 elementos de um universo de 811. Já no que diz respeito aos professores, foram considerados para efeito de tratamento de dados 10 questionários. O questionário permitiu a recolha de dados de natureza pessoal, social, económica e cultural e académica dos estudantes e, permitiu também a recolha de informações sobre a forma como os rankings interferem na gestão e no quotidiano das escolas e sobre os fatores promotores do sucesso dos estudantes.

Os resultados permitiram concluir que o desempenho de estudante, medido através da nota no exame nacional do 9º ano, está mais relacionado com as características do próprio aluno do que com o estabelecimento de ensino que este frequenta. A avaliação das escolas usando rankings tendo como base apenas a nota do exame nacional, além de injusta, não reflete todo o trabalho realizado pela escola.

### 73. O gestor e os modelos de gestão nas escolas privadas e nas escolas públicas

**Luís Manuel Torres de Almeida Tavares**

**Cláudia Maria Amaral Teixeira**

Universidade Portucalense

**E-mail de contacto:** lttavares@hotmail.com

**Resumo:** Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, o modelo de gestão na escola pública tornou-se mais participativo, mediante a abertura à comunidade, e unipessoal, pela criação do cargo de diretor a quem é “confiada a gestão administrativa, financeira e pedagógica”. O reforço da liderança confere ao diretor mais responsabilidade, exigindo-lhe maior eficiência na utilização adequada dos recursos organizacionais, no sentido de obter maior eficácia nos resultados, nomeadamente ao nível da qualidade da aprendizagem e da racionalização de custos.

O presente estudo pretendeu fazer uma reflexão em torno da autonomia e das lideranças nas escolas, nomeadamente ao nível do planeamento, organização, direção e controle. Visou aprofundar o conhecimento da ação dos diretores, da sua formação, competências a nível de administração, gestão, coordenação, comunicação, relacionamento interpessoal e inovação, identificando as formas de dirigir, e avaliar as tomadas de decisão.

A investigação assentou num estudo exploratório referente ao desempenho de diretores de escolas privadas e públicas, que responderam a uma entrevista semi-estruturada, que posteriormente foi objeto de tratamento e análise de conteúdo.

Constatámos que, no modelo de gestão do ensino público há uma aproximação ao modelo de gestão do ensino privado, uma vez que a direção destas escolas é desde há muito exercida por um gestor de topo, designado de diretor, o qual detém formalmente o poder e a competência para conduzir a organização escolar.

Registamos que, no ensino privado, para além de serem lecionados os conteúdos programáticos, trabalha-se o desenvolvimento da auto estima, capacidade de decisão, autonomia e espírito crítico dos alunos, valorizando conceitos de solidariedade, entreaajuda, respeito e disciplina.

Em suma, cada vez mais a gestão escolar desenvolve-se numa ação centrada no aluno, na sua satisfação e fidelização, que implica líderes mais dinâmicos, criativos, inovadores e empreendedores.

## **74. O Clima de Escola visto pelos Alunos**

**Lurdes Dias**

**Lídia Grave-Resendes**

Escola Secundária Braancamp Freire

**E-mail de contacto:** lurdes.s.dias@gmail.com

**Resumo:** Com esta comunicação pretende-se dar a a percepção dos alunos sobre o clima da sua escola, tendo em conta várias dimensões. Efectuou-se um estudo de caso, tendo a investigação incidido numa escola secundária, com terceiro ciclo, no Concelho de Odivelas. Neste estudo, concluiu-se que os alunos têm uma imagem positiva dos professores, consideram existir um bom clima relacional entre alunos e professores e entre os seus pares, bem como um bom clima de justiça. Contudo, os resultados demonstraram também, existirem pontos fracos na organização percebidos pelos alunos, nomeadamente no que diz respeito à sua participação nos processos de tomada de decisão.

## **75. A voz de alunos das Escolas Maristas acerca da educação pela presença**

**António Leal Jorge**

**Lídia Grave-Resendes**

Externato Marista de Lisboa

**E-mail de contacto:** coordpastoral@ext.marista-lisboa.org

**Resumo:** A educação peça presença constitui um dos traços característicos do projecto Educativo Marista. Conscientes da importância da estrutura social da escola nas características organizacionais da mesma e reconhecendo o Projecto Educativo como um poderoso instrumento de gestão escolar, esta comunicação tem como objectivo apresentar um estudo sobre a percepção dos alunos do 9º ano das escolas maristas acerca da educação pela presença. As conclusões do estudo permitiu-nos concluir que a maioria dos alunos sentem os efeitos da educação pela presença e mostra-se satisfeito com a realidade actual da escola. Reconhecendo e acolhendo a presença física dos educadores, os alunos completam-na com o respeito mútuo e competência por parte dos seus educadores. A educação peça presença é percebida não apenas como um fim em si mas como um meio ao serviço dos objectivos e valores do projecto Educativo.

## **76. Pedagogia social: estudos preliminares em educação continuada e em educação comunitária**

**Pedro Moreira da Silva Neto**

**Maria Sara de Lima Dias**

Universidade Tuiuti do Paraná; Faculdades Santa Cruz de Curitiba

**E-mail de contacto:** pedro.moreira@santacruz.br

**Resumo:** O estudo relaciona a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire com outros teóricos da Educação Comunitária e em Educação Continuada, compreendendo as ações como praxis pedagógica, a integração social da educação ao sentido de uma Pedagogia Social Comunitária. O diálogo entre os autores possibilitou aproximações com o crescimento humano continuado, o processo de humanização, do político, e das relações entre a escola e a comunidade. Considerou-se antes que a escola formal, a comunidade ensina e que a razão de uma Pedagogia Social Comunitária está relacionada a esse entendimento. Por outro caminho, uma realidade que não oferece chão suficiente, contingente da crise ética e da coisificação do sujeito contemporâneo requer, da Educação, a promoção de valores e confiabilidade, frente a incertezas, algum caminho a seguir.



## **77. Como podem as escolas criar valor – uma abordagem teórica exploratória**

**Maria Cristina Coimbra**

Agrupamento de Escolas de Cacia

**E-mail de contacto:** mccoimbra@ua.pt

**Resumo:** Tendo por base princípios de gestão empresarial e norteados pela importância das pessoas como motores de dinâmicas organizacionais, abordaremos noções de inovação, desperdício organizacional e trabalho em rede como fatores subjacentes à criação de valor. As escolas são organizações inseridas num espaço, pelo que o trabalho que nelas se produz deve ser orientado para as pessoas da sua envolvente e naturalmente para os seus primeiros destinatários - alunos e famílias. Neste conceito de sustentabilidade, a escola tem de se organizar de fora para dentro. De outro modo: a escola, percebendo as solicitações da procura, deverá oferecer serviços que respondam às necessidades dos alunos, famílias e comunidade, para posteriormente ir verificar a adequação da sua prestação à satisfação dos seus stakeholders.

Com este trabalho pretendemos fazer uma abordagem teórica exploratória que possibilite às escolas a descoberta de procedimentos que as conduzam à produção de serviços que acrescentem valor às pessoas que as procuram, consubstanciados na prestação do serviço público de educação. O que pode a escola fazer para acrescentar valor ao que produz? Surgem, então, conceitos como lean management, networking e inovação.

## **78. Implementação da educação sexual nas escolas públicas: dificuldades, constrangimentos e desafios**

**Graziela Raupp Pereira**

**Rosana de Sousa Patané**

**Cristiana Pereira de Carvalho**

Departamento de Educação da Universidade de Aveiro /Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina; Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo Comportamental da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (CINECC)

**E-mail de contacto:** graziela.pereira@ua.pt

**Resumo:** Considerando que o desenvolvimento de atividades e projetos relativos à Educação para a Saúde, em especial, à Educação Sexual, previstos na Lei nº 60 (6 de Agosto de 2009), que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, destacamos neste trabalho, as problemáticas relativas às dificuldades e desafios que as escolas públicas, em particular, da Região Centro de Portugal, têm encontrado na implementação da educação sexual. Tais problemáticas resultam de relatos informais, recolhidos no âmbito da formação contínua de professores, nomeadamente através de dados que nos mostrem: (i) a dificuldade na atribuição das horas a dedicar à Educação Sexual integradas nas horas letivas do professor coordenador da Educação para a Saúde; (ii) a dificuldade na atribuição de horas aos professores que integram as equipas interdisciplinares da Educação para a Saúde, para garantirem a funcionalidade dos Gabinetes de Apoio e de Informação ao Aluno, pelo menos uma manhã e uma tarde por semana; (iii) a insuficiência de recursos financeiros destinados à implementação da Educação Sexual nas escolas, na aquisição de material pedagógico e na formação do pessoal docente e não docente, assim como, na solicitação de especialista nesta área para a realização de atividades formativas pontuais; (iv) a sensibilização da Direção Executiva das escolas para tomadas de decisão positivas e favoráveis à implementação da Educação Sexual; (v) o desconhecimento dos professores face à existência de editais promovidos pelo Ministério da Educação, para a submissão de Projetos de Educação para a Saúde, e por sua vez, obtenção de apoio financeiro destinado a materiais, formação e despesas referentes do próprio projeto. Pretendemos, também, sensibilizar os sistemas de formação investigados para a necessidade de se refletir sobre estes fatores que podem tornar-se inibidores do sucesso da Educação Sexual nas escolas, bem como refletir sobre a situação política e social do país, que poderá desencadear novas preocupações em relação à manutenção das boas práticas que têm sido desenvolvidas nesta área.

## **79. Autoavaliação da escola: indiferença, dominação e emancipação**

**Graça Maria Jegundo Simões**

Agrupamento Escolas Marquês de Marialva- Cantanhede

**E-mail de contacto:** gjegundo@gmail.com

**Resumo:** A autoavaliação da escola foi o patamar de entrada numa problematização e investigação sobre a interpenetração de referenciais na ação educativa – burocráticos e pós-burocráticos – propondo-se agora como patamar de reflexão neste debate sobre as pulsões cooperativas e concorrenciais que atravessam as escolas, uma das principais linhas de argumentação da tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, intitulada “Autoavaliação da escola: regulação de conformidade e regulação de emancipação”.

Assumindo-se a escola como importante centro de ação pública, no sentido de co construtora de políticas educativas, mas com articulações e ecos muito mais latos na construção social, focalizam-se as suas dinâmicas internas de avaliação e regulação, procurando compreender como se atualizam e conjugam as lógicas de ação, no cruzamento de novas ideias, com habituais interesses e velhas instituições.

A “tese” central é a de que os processos de avaliação interna das escolas, sobretudo quando aprofundados em autêntica autoavaliação, contêm a última possibilidade de resgate da sua autonomia e de construção de verdadeiros centros da sua pedagogia: para os profissionais, para os alunos e para as comunidades. Esta possibilidade residirá, de forma muito sintética, no ativar das competências coletivas que se observam nas escolas e no seu alinhamento com referenciais cooperativos e emancipatórios.

## **80. Avaliação do trabalho docente em educação – o ensino e a aprendizagem das línguas-culturas estrangeiras.**

**Paula Vinhais**

**Marta Abelha**

**Isabel Vaz de Freitas**

Escola Secundária do Castelo da Maia; Universidade Portucalense

**E-mail de contacto:** paula.c.b.vinhais@gmail.com

**Resumo:** Assumindo o ato de ensinar como intencional e orientado para a promoção das aprendizagens dos alunos e dada a importância do conhecimento científico e pedagógico-didático na concretização do ato de ensinar, este torna-se central à função docente e, consequentemente, objeto de avaliação.

Partindo desta realidade, desenvolveu-se uma investigação que teve como participantes quinze professores de Línguas-Culturas Estrangeiras de uma escola pública sujeitos a observação de aulas pelos seus pares. Gizaram-se como principais objetivos de investigação: i) identificar concepções de professores sobre a ação de ensinar; ii) compreender práticas curriculares docentes, nomeadamente ao nível da planificação, operacionalização e avaliação das atividades letivas; iii) compreender perspetivas de professores sobre o sistema de Avaliação do Desempenho Docente e iv) identificar possíveis indicadores (potenciadores/condicionadores) que professores associam ao ato superviso em contexto de observação de aulas.

A metodologia adotada foi essencialmente de natureza qualitativa, sendo o estudo de caso a estratégia de investigação adotada e o inquérito por questionário a técnica de recolha de dados privilegiada.

Resultados desta investigação evidenciam, por exemplo, que a promoção de práticas de reflexão e de questionamento, o desenvolvimento da crítica construtiva e a partilha de experiências entre pares são as qualidades positivas mais assinaladas pelos professores no que respeita à ação supervisiva em contexto de observação de aulas. Em contrapartida, o reduzido número de aulas observadas, o reduzido impacto nas práticas curriculares docentes e a artificialidade que imbuí o ato superviso em contexto de observação de aulas foram os principais constrangimentos apontados pelos professores.

Será também objeto desta comunicação a apresentação de sugestões que possam contribuir para a alteração de práticas identificadas a partir dos resultados obtidos.

## **81. Espaços formativos e culturas departamentais: uma reflexão sobre possibilidades de emergência de uma colaboração transformadora**

**Luciana Mesquita**

**Ana Sofia Pinho**

**Ana Isabel Andrade**

CIDTFF - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** luciana.mesquita@ua.pt

**Resumo:** Em que se pese a constatação de que o essencial do trabalho dos professores seja realizado isoladamente (Correia, 2001; Neto-Mendes, 2005), nas suas turmas com seus alunos, é notório que, cada vez mais, o trabalho colaborativo vem sendo pauta de discussão no campo educativo (Canha & Alarcão, 2010; Fullan & Hargreaves, 2000; Hargreaves, 1994; Lima, 2002; Roldão, 2007). Caracterizando-se genericamente como uma forma de trabalho pensado ou realizado em conjunto, a colaboração educativa tem sido concebida como método de trabalho privilegiado no estabelecimento de dinâmicas de desenvolvimento profissional dos seus intervenientes, de desenvolvimento de instituições educativas e na melhoria de processos de ensino e de aprendizagem.

Essa leitura do trabalho colaborativo docente encontra abrigo no discurso legal português, que o perspetiva como fator de enriquecimento profissional (DL n.º 240/2001); como um dos deveres dos professores (DL n.º 41/2012); e como um elemento a ser assegurado por Departamentos Curriculares e Conselhos de Turma (DL n.º 75/2008).

A partir dessas premissas e assumindo os Departamentos Curriculares de Línguas como potenciais contextos de desenvolvimento do trabalho colaborativo, essa comunicação assume como principal objetivo dar a conhecer e problematizar dois espaços de formação assentes na possibilidade de colaboração como caminho para o desenvolvimento de projetos de educação plurilingue e intercultural. Ainda que cada espaço formativo em questão tenha aspetos singulares – um apoia-se na parceria universidade-escola como um elemento iniciador de dinâmicas de colaboração e, o outro, sustenta-se na reflexão coletiva entre professores de línguas de diferentes escolas sobre possibilidades de colaboração no seio dos respetivos departamentos –, uma questão subjaz à uma reflexão crítica dos mesmos: como é que espaços de formação podem potenciar uma “colaboração transformadora” nas culturas de trabalho escolar e na relação universidade-escola?

## **82. A colaboração e as equipas educativas como ferramenta da assessoria**

**Manuel Alexandre Alvelos Marques**

Agrupamento de escolas de Cacia; Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** manuel.alvelos@ua.pt

**Resumo:** A colaboração é uma das ferramentas fundamentais na assessoria, através das quais o assessor comunica, e interage no desenvolvimento do trabalho de inovação que realiza dentro da escola. Desde o domínio da comunicação, ao desenvolvimento do projeto proposto, passando pelas interações com as chamadas “resistências” ao processo de mudança, a colaboração deve ser parte integrante de qualquer trabalho de assessoria na escola. O modelo de processo colaborativo, significa a proposta de um trabalho colaborativo aos assessorados com a finalidade de gerir uma série de processos encaminhados para a escola, pelo assessor, de modo a garantir a resolução de problemas que surgem na prática educativa. Como afirmou Pallas (2001) “los procesos de participación, implicación y compromiso, deliberación y decision conjunta” podem ser identificados com a estrutura social, ou os valores de carácter organizativo no qual assenta o trabalho colaborativo. Em todas as fases da assessoria, a colaboração revela-se uma ferramenta indispensável para o sucesso do trabalho, e fundamentalmente para a criação de equipas educativas de professores que possam recriar, modificar e autonomizar os processos de melhoria dentro da escola.

### **83. Dinâmicas do “Jogo” da avaliação do desempenho docente: lógicas de competição e colaboração entre pares**

**Henrique M. Pereira Ramalho**

**Carla L. Marques**

Departamento de Psicologia e Ciências da Educação - Escola Superior de Educação - Instituto Superior Politécnico de Viseu

**E-mail de contacto:** hpramalho@esev.ipv.pt

**Resumo:** O presente texto decorre de um projeto de investigação e procura fazer uma abordagem crítica ao impacto da avaliação de desempenho dos docentes, seja ao nível das suas dinâmicas organizacionais, seja ao nível do seu trabalho curricular e pedagógico. Procuramos debater a confrontação do poder, da autoridade e das influências que advém dos movimentos de convergência e de divergência desenvolvidos em torno da avaliação do desempenho. Para tal, colocamos em debate o “jogo” da avaliação, discutindo-o em função das lógicas de um maior ou menor engajamento organizacional dos avaliadores e dos avaliados. Estamos particularmente interessados em discutir algumas tensões e dilemas relacionados com a gestão e execução dos processos de avaliação de professores e educadores, especialmente quando equacionados na dupla perspetiva: i) uma avaliação consentida dotada de um sentido adaptativo, calculista e estratégico; ii) uma avaliação alinhada com sentidos e significados de um claro dissentimento micropolítico. No quadro desta dupla perspetiva de análise dos processos de avaliação do desempenho docente, proporciona-se o equacionar das principais tensões e dilemas que podemos associar às dinâmicas organizacionais e ao sentido das práticas curriculares e pedagógicas desenvolvidas pelos professores e educadores. Congruentemente, acabamos por resgatar desse cenário de tensões e dilemas as lógicas de competição versus cooperação entre pares, dando algumas pistas sobre o facto de um dos principais impactos da avaliação do desempenho docente registar-se no aumento de competição entre pares. Ao mesmo tempo, procuramos evidenciar um maior grau de individualismo e de conflito decorrente do tipo de uso e instrumentalidade técnico-burocrática e, até mesmo, meso e micropolítica que se tem vindo a fazer da avaliação do desempenho.

## 84. O trabalho dos professores

**Elsa Rodrigues**

Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** emars@sapo.pt

**Resumo:** Num tempo marcado por rápidas e profundas mudanças económicas, políticas, sociais e culturais assistimos à introdução de novas estratégias de governo da educação com apelo à participação social, à autonomia das escolas, à promoção da escolha das escolas e à autoavaliação. Nesta multiplicidade de políticas educativas é possível identificar uma mudança significativa do Estado no governo da educação, que tende a abandonar o ideal de igualdades de oportunidades e a desenvolver uma política educativa assente na lógica da eficácia e da competição.

As políticas educativas adotadas condicionam o perfil e a natureza do trabalho os professores, sendo certo que as mudanças na organização do trabalho docente resultam de um novo modelo de regulação educativa, ancorado na lógica de mercado. Parece existir uma coincidência entre as novas modalidades de regulação dos sistemas escolares, nomeadamente uma crescente autonomia da escola com uma crescente erosão da autonomia dos professores, quando se pretende adequar as funções, os objetivos, a organização da escola e o trabalho dos professores às novas exigências da sociedade. Neste contexto, a regulação faz-se por via da competição entre escolas, associada à livre escolha.

Assim, a reflexão em torno das políticas educativas e do trabalho docente adquire uma importância inquestionável como uma problemática essencial para se compreender os sentidos da escola e as relações profissionais que estabelecem entre si, isto é, a cultura profissional dos professores que estrutura o modo como vivem e sentem a profissão. Por isso, não deixaremos de interrogar criticamente a reconfiguração dos papéis do Estado e o tipo de relações os professores estabelecem entre si – colaboração ou competição – de forma a compreender como a cultura docente necessita de ser abordada quer do ponto de vista das políticas educativas ao nível da organização e da administração das escolas, quer do ponto de vista das opções pedagógicas valorizadas pelos docentes.



## 85. Competitividade e avaliação: o trabalho de professores e alunos em questão

**Fátima Antunes**

**Virgínio Sá**

Instituto de Educação - Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** fantunes@ie.uminho.pt

**Resumo:** Nesta comunicação exploram-se dados parcelares de uma pesquisa mais ampla em torno de múltiplas relações entre políticas educativas, processos escolares e estratégias de famílias que contribuem para a regulação da educação. A informação empírica mobilizada foi recolhida através de entrevistas a professores de uma escola secundária, seleccionados em função do objectivo de “conhecer as orientações e práticas de gestão pedagógica, designadamente no que respeita a coordenação de disciplinas, a gestão dos espaços, horários e turmas”.

Fabricando uma ordenação de classificações face à norma, a partir de diferenças reais, mas não forçosamente hierarquizadas de antemão, entre as práticas dos sujeitos, o acto de avaliar pode assumir hoje em certas situações uma sobrecarga política ? que tende a esbater ou instrumentalizar as dimensões técnico-pedagógicas e científicas do seu exercício ? decorrente da exorbitação das suas consequências em termos de posicionamento dos sujeitos. Nesta conjuntura, certos segmentos sociais mobilizam múltiplos recursos para elevar as suas classificações, questionando as normas de excelência e as práticas profissionais que as operacionalizam.

Ainda, a ligação mencionada por alguns sujeitos entre classificações atribuídas e captação de tipos e quantidades de estudantes evoca a atribuição às classificações do valor de recompensa externa face ao trabalho dos alunos. Desse modo, também o trabalho e o ofício de aluno podem aparecer modelados pelo imperativo competitivo, exacerbado na actual conjuntura.

Argumenta-se que a concatenação da concorrência entre alunos por classificações e entre escolas por alunos academicamente desejáveis desnuda e agudiza a importância da dimensão certificadora da escola e das classificações/credenciais. Sugere-se, então, que a politização exacerbada (enquanto foco de interesses e do exercício de influências múltiplas) da avaliação pedagógica coloca no centro de agudas tensões o trabalho, quer de docentes, quer de estudantes.

## **86. Individualismo e colaboração dos professores em situação de formação**

**Elza Mesquita**

**João Formosinho**

**Joaquim Machado**

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança; Instituto de Educação -  
Universidade do Minho; Faculdade de Educação e Psicologia - Universidade Católica  
Portuguesa Porto

**E-mail de contacto:** elza@ipb.pt

**Resumo:** Numa organização social como a escola, formar em contexto de trabalho implica a produção de mudanças, não apenas na ação individual, mas também na ação coletiva e no modo de pensar essa acção. Implica, sobretudo, mudar o modo como as ações individuais se articulam entre si num quadro de interdependência cooperada entre os atores. A uma lógica compartimentada, baseada numa cultura profissional individualista, contrapõe-se uma cultura participada e colaborativa. As culturas de colaboração são dificultadas num sistema escolar onde o currículo se situa numa lógica centralizada e a docência se baseia, quase somente na relação dos professores com os seus alunos, não promovendo interações dos professores entre si. A promoção do trabalho colaborativo requer a passagem de uma cultura da homogeneidade para uma cultura da diversidade, de uma cultura da subordinação para uma cultura de autonomia e de uma cultura do isolamento para uma cultura da colaboração.

Nesta comunicação destacamos as relações que se estabelecem entre professores de terreno, os seus formadores e coordenadores no âmbito de Programas Nacionais de Formação Contínua, procurando compreender o significado do trabalho docente e da formação numa perspectiva de colaboração.

### **87. Mercantilização da educação. Uma análise ancorada no caso português.**

**Pedro M. Patacho**

Universidade da Coruña; Instituto Superior de Ciências Educativas

**E-mail de contacto:** ppatacho@yahoo.com

**Resumo:** As políticas educativas seguidas nas últimas décadas, tal como os movimentos de reforma que se perspectivam na actualidade, correspondem a um consistente e forte movimento de mercantilização da educação pública. Apoiamos a nossa análise em quatro argumentos fundamentais: 1) A passagem de um capitalismo de estado para um capitalismo global, servido por uma ideologia de cariz neoliberal e apoiado no rápido e acentuado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, implicou profundas transformações no mundo do trabalho, o que originou enormes pressões sobre os estados e sobre as instituições e serviços públicos; 2) Neste contexto de pressão para a mudança, as reivindicações progressistas históricas de uma maior autonomia para as comunidades escolares acabaram capturadas por um poderoso movimento de reforma enquadrado pela globalização económica neoliberal e apoiado pelos sectores sociais mais conservadores que reclamam a avaliação dos serviços públicos segundo uma racionalidade mais quantitativa e a liberdade de escolha dos cidadãos e das cidadãs, centrando os processos de descentralização em aspectos meramente administrativos e económicos; 3) Em consequência, acentua-se a mercantilização dos sistemas educativos no seio dos quais as políticas de escolha surgem umbilicalmente ligadas à ideologia neoliberal que consegue, ao nível do senso comum, operar uma (re)significação dos termos e expressões que moldam os discursos educativos, porém, com um novo significado que agora domina a opinião pública; 4) Neste contexto de mercantilização dos sistemas educativos e perante a escassez de emprego numa sociedade que exige uma população cada vez mais qualificada e detentora de certos tipos de conhecimento, as classes médias, em virtude do seu capital cultural, aliam-se aos interesses dos grupos sociais mais conservadores na defesa das políticas de escolha e de uma concepção mercantilista, meritocrática e exclusivista da educação.

## **88. A “Escola a Tempo Inteiro” – monopolização de um serviço público de educação pela escola pública e formas de privatização**

**Carlos Pires**

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

**E-mail de contacto:** cpires@eselx.ipl.pt

**Resumo:** O “modelo” de operacionalização da política de “Escola a Tempo Inteiro” (ETI) preconiza uma nova tendência para uma perspectiva escolocêntrica que se traduz na monopolização da prestação de serviços educativos pela escola pública, entrando, assim, em rutura com outros “modelos” e práticas inspiradas no não escolar. Uma tendência que concorre para o resgate duma perspectiva globalizada da acção educativa sob a responsabilidade do Estado (através da escola pública) que delega a prestação daqueles serviços públicos no Estado Local, preterindo (ou relegando para segundo plano) outras agências locais de carácter privado.

Daqui decorrem dois fenómenos a ter em consideração: por um lado, a concentração da educação na escola pública, tornando-a “transbordante”; por outro lado, o “esvaziamento” de outras organizações locais, pela alteração das lógicas do princípio da subsidiariedade, pela inibição da “liberdade de escolha” pelas famílias e pela oposição a formas de privatização da educação. A esta lógica recentralizadora parece estar subjacente a ideia de necessidade de vinculação e de reintegração das ofertas educativas no quadro organizativo e curricular da escola pública, com vista à concretização de um projecto educativo nacional mediado pelas autarquias capaz de promover uma efetiva igualdade de oportunidades.

Decorrente deste desafio lançado aos municípios é apontada a emergência de soluções diversificadas na organização e gestão das ofertas educativas, revelando uma certa tendência emancipatória ao nível da autoria de políticas locais de educação. Todavia – na lógica de uma “matriz híbrida” da concepção de políticas educativas –, apesar de uma aparente tendência para a municipalização, o “modelo” parece manifestar-se recentralizador, declinando no local as políticas nacionais para aí serem executadas, quase que inevitavelmente, através de uma espécie de outsourcing educativo municipal, abrindo, paradoxalmente, as portas a um quase-mercado de serviços educativos.

## 89. Horizontes, políticas e upgrades para o futuro da governação da educação na RAM

**Eduardo Alves**

**Klara Fernandes**

Secretaria da Educação da RAM; Associação Regional de Administração Educacional

**E-mail de contacto:** jealves@madeira-edu.pt

**Resumo:** Numa análise dos primeiros 35 anos de autonomia regional da Madeira, no campo da educação, pode considerar-se, que as formas de participação nesta área assumiram essencialmente uma dimensão ao nível das actividades de proximidade.

Na realidade, o Poder Regional passa a intervir cada vez mais na acção educativa ao liderar e planear políticas educativas mais ou menos explícitas, ao apoiar as escolas, ao investir em técnicos, equipamentos e infra-estruturas. Por outro lado, o desenvolvimento na Região é essencialmente um modo de pensar que defende a necessidade de reintroduzir o humano na lógica do desenvolvimento, em que a acção se torne global, valorizando a componente formal e não formal e a formação ao longo da vida (Ferreira, 2005).

É neste contexto que o “sistema educativo regional” aspira a conquistar um espaço próprio e que desponta a problemática da centralização/descentralização, com a valorização do contexto regional, que politicamente corresponde a uma ideia de democracia participativa, levando a um maior envolvimento dos indivíduos, num esforço comum, com vista ao desenvolvimento.

De resto, esta “evolução” surge associada à tendência para uma mudança de um Estado-educador para um Estado-regulador (Barroso, 2003), que com “menos” Estado mas maior regulação se obtém melhores resultados.. Este processo origina uma redefinição no papel e funções do Estado no plano social e económico, provocando constrangimentos e conflitos de poder no que respeita ao seu controlo político, com a redistribuição de poder entre o Estado e as periferias.

## **90. As escolas comunitárias de Luanda: um contributo para o desenvolvimento sustentável de Luanda**

**Carolina Mendes**

Gabinete de Estudos de Educação para o Desenvolvimento (GEED) Instituto Politécnico de Viana do Castelo

**E-mail de contacto:** carolina.babo@gmail.com

**Resumo:** Esta comunicação relata um estudo que foi desenhado no sentido de conhecer as dinâmicas de ação da Associação das Escolas Comunitárias (AEC), uma ONG angolana, e perceber qual o seu contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização de comunidades mais carenciadas - uma resposta educativa complementar à do Estado.

O quadro conceptual alicerça-se em três grandes dimensões de análise: a primeira contextualiza o estudo a nível internacional, referindo as políticas educativas, a globalização e a década da educação para o desenvolvimento sustentável; a segunda, a nível nacional, refere as políticas educativas nacionais e a atual intenção de descentralização e desconcentração por parte da tutela; a terceira dimensão define e caracteriza o foco do estudo onde as dinâmicas de ação da AEC, influenciadas por políticas internacionais e nacionais, se estruturam numa resposta educativa sustentável, com base na iniciativa comunitária, solidária e organizada em rede.

Perante a insustentabilidade da educação pública em Angola, este estudo indica que a resposta educativa da AEC, que se desenvolve na periferia de Luanda, caracteriza-se pelas ações político-sociais de boa governança, apresentando-se como um contributo credível para o desenvolvimento sustentável da escolarização de base em Angola. É um estudo que foca uma problemática atual e que reflete as iniciativas educativas de uma comunidade ativa e, devidamente organizada.

**91. As parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor e a nova governação da Educação Pré-Escolar em Portugal**

**Maria Emília Vilarinho**

Instituto de Educação - Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** [evilarinho@ie.uminho.pt](mailto:evilarinho@ie.uminho.pt)

**Resumo:** A publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar marca o início de um novo ciclo da Educação Pré-Escolar em Portugal, num quadro de uma conjuntura nacional e transnacional em que são visíveis as crescentes influências dos processos de globalização e transnacionalização, com repercussões nas políticas educativas, e onde as reformas e orientações de índole neoliberal e de cariz próximo da *terceira via* revalorizaram (em sentidos vários) os apelos e as medidas direccionadas para uma maior participação do mercado, da sociedade civil e do *terceiro sector* nas políticas públicas. Nesta comunicação pretendemos apresentar dados de um *estudo de caso* realizado num concelho do Norte de Portugal, centrado na implementação da componente de apoio à família em jardins-de-infância públicos, onde se analisam as parcerias entre o Estado, o *terceiro sector* e outras entidades da sociedade civil. Identifica-se uma nova *governação* da Educação Pré-Escolar, novos processos de regulação e de multiregulação, e discutem-se os seus efeitos na promoção da qualidade educativa e na igualdade de acesso das crianças à Educação Pré-Escolar.

## 92. Discursos e contextos de liderança: competitividade e semânticas “contáveis” no modelo *escola-empresa-mercado*.

**Sandra Figueiredo**

**Patrícia Castanheira**

**Jorge Adelino Costa**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** sandradfigueiredo@ua.pt

**Resumo:** A semântica da competitividade, enquanto fórmula de política educativa, é ampla em termos de significação e abrange um leque vocabular extenso. Os domínios de sentido aí presentes relacionam-se, entre outros construtos, com performance, racionalidade, gerencialismo, *accountability* e transação. Na meta-análise conduzida com base em trabalhos de investigação desenvolvidos na última década, em liderança educacional em Portugal, observámos discursos profícuos na lógica da “educação contábil”, embora num espaço concetual mesclado por comportamentos de liderança formal (e política) e colegial. Quer investigadores, quer participantes reconhecem o modelo de escola-empresa-mercado, mas nem sempre as dimensões de gestão e de liderança se encontram aí univocamente interpretadas. Num primeiro momento, a política e o discurso da competitividade serão abordados na relação específica com as interpretações que os sujeitos fazem das organizações em que operam e que analisam; numa segunda fase, a análise particularizar-se-á no tipo de léxico e nas noções concetuais presentes nas imagens da escola como empresa, nos processos de racionalidade e *performatividade*, na dicotomia entre liderança e gestão, e nas relações entre modelos de liderança formal, política e colegial. Este trabalho é desenvolvido no âmbito do projeto “Observatório de Liderança Educacional”<sup>4</sup>, cujo *corpus* documental para meta-análise aqui utilizado é composto por trabalhos de investigação portugueses desenvolvidos entre 2000 e 2010.

---

<sup>4</sup> Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto “ELO – Educational Leadership Observatory/ Observatório de Liderança Educacional” (PTDC/CPE-CED/108655/2008).



### 93. Argumentos de escolha e hierarquias de excelência: racionalidades plurais na arena educativa

**Virgínio Sá**

**Fátima Antunes**

Universidade do Minho

**E-mail de contacto:** [virsa@ie.uminho.pt](mailto:virsa@ie.uminho.pt)

**Resumo:** Num contexto em que “o efeito conjugado da expansão dos sistemas escolares e das mutações no mundo do trabalho tende a acentuar a discrepância entre o aumento de diplomas pela escola e a rarefacção de empregos correspondentes” (Canário, 2005: 84), o investimento dos jovens e respectivas famílias nas “escolhas certas” (da escola, do curso, da turma) constitui-se como uma das estratégias mais rentáveis para lidar com a “inflação escolar” (Duru-Bellat, 2006) e com a emergência de novos “modos de selecção” (Canário, 2005). Os novos modos de selecção incluem, entre outros dispositivos, a introdução das políticas de livre escolha da escola por parte dos pais/encarregados de educação e a refundação das fórmulas do seu de financiamento, agora indexado, sobretudo, ao número de alunos que forem capazes de atrair, mimetizando as lógicas mercantis do campo empresarial.

Apesar de, em Portugal, o enquadramento jurídico-normativo que regula a matrícula e a distribuição dos alunos pelas escolas e agrupamentos não consagrar, de forma clara, a livre escolha da escola pelas famílias, tal não impede que, no plano da acção, se verifiquem estratégias diversas, algumas delas configurando “infidelidades normativas” (Lima, 1992), através das quais certos segmentos de encarregados de educação procuram aceder aos “santuários de excelência” capazes de assegurarem aos respectivos educandos vantagens competitivas no disputado mercado das posições sócio-profissionais mais apelativas.

Partindo dos dados de uma investigação centrada nos processos de multiregulação da educação, em que inquirimos mais de oitocentos encarregados de educação num concelho do norte de Portugal, nesta comunicação pretendemos cotejar os “argumentos de escolha” invocados pelos inquiridos no momento da escolha da escola para os educandos, pondo em evidência as hierarquias de excelência subsumidas naqueles argumentos e o seu impacto no “fechamento social”, re-elitização e polarização das escolas.

#### 94. A avaliação de escolas como factor de competição: uma tendência futura?<sup>5</sup>

**Patrícia Castanheira**

Departamento de Educação - Universidade de Aveiro

**E-mail de contacto:** pcastanheira@ua.pt

**Resumo:** A avaliação de escolas é um dos assuntos que mais têm sido discutidos no âmbito da investigação sobre a eficácia e qualidade escolar. A existência de mecanismos cíclicos de avaliação externa, dos quais resultam relatórios detalhados sobre o funcionamento das unidades de gestão, tem sido apontada como um potencial fator de competição dado que poderá influenciar a escolha da escola. Em países como o Reino Unido, a inspeção da educação tem já servido o duplo propósito de avaliar a qualidade dos estabelecimentos de ensino e de servir de mecanismo de apoio à escolha da escola por parte dos encarregados de educação dos alunos. Em Portugal, a avaliação externa de escolas não atingiu ainda esse impacto no mercado educacional, estando os encarregados de educação, e muitas vezes as próprias escolas, mais focadas nos *rankings* divulgados pela comunicação social. Esta comunicação pretende abordar diversas perspetivas sobre o que é a avaliação de escolas e como esta poderá ser usada como fator de competição entre as mesmas.

---

<sup>5</sup> Esta investigação tem o apoio da FCT/ SFRH/BPD/79097/2011

## Índice remissivo de autores

### A

Alexandre Ventura 45  
Alice Mendonça 80  
Aline Seça 41  
Ana Cristina Salgueiro 55  
Ana Cristóvão 47  
Ana Isabel Andrade 93  
Ana Lurdes Ribeiro Marcos 59  
Ana Patrícia Almeida 42  
Ana Paula Petroni 48  
Ana Paula Rocha 28  
Ana Sofia Pinho 93  
Ana Sofia Quintaneiro 80  
Anabela Maria 15  
Andreia Gouveia 17  
António Amaral Fonseca 70  
António Bento 27, 80 e 84  
António Fabregat Pitarch 43  
António Leal Jorge 87  
António Neto-Mendes 17 e 38  
Armando Cunha 69  
Augusta Veiga Branco 58 e 74

### B

Beatriz Barrero Fernández 79  
Berenice Corsetti 72

### C

Carla Cibebe Figueiredo 68  
Carla Lacerda Marques 66 e 95  
Carlos Pires 100  
Cármem Maria M. Nogueira 26  
Carolina Mendes 102  
Catarina Rodrigues 17  
Celeste Antão 58 e 74  
Cláudia D. Bianchi 67  
Cláudia Maria Amaral Teixeira 85  
Cristina Pereira de Carvalho 90

### D

Daniel Vieira da Silva 67  
Daniela Helena Alves Freitas 13  
Danieli Helena Rampelotti 65  
Dora Fonseca de Castro 21

### E

E. Pinto da Costa 37  
Eduardo Alves 101  
Eduardo Serrão 50  
Elisabete Ferreira 33 e 56  
Elsa Rodrigues 96  
Elza Mesquita 98  
Estela Lamas 15 e 26  
Eusébio André Machado 32 e 59

### F

Fátima Aparecida da Silva Iocca 77  
Fátima Antunes 97 e 105  
Fátima Loretta da Vila e Silva 32  
Fátima Mesquita-Alves 31

Fausto dos Santos Amaral Filho 34  
Fernanda Maria R. S. Macedo 63  
Fernanda Martins 20  
Fernando Selmar Rocha Fidalgo 54  
Fernando Ramos 71  
Filinto Lima 33  
Filomena Sobral 16  
Florabela de Sousa 64

### G

Graça Maria Jegundo Simões 91  
Graziela Raupp Pereira 90  
Guilherme L. Rodrigues 25

### H

Helena Aleluia 61  
Hélio Salgueiro 47  
Henrique C. Ferreira 40  
Henrique M. Pereira Ramalho 95  
Henriqueta Costa 60

### I

Isabel Fialho 47  
Isabel Gallardo Fernández 14 e 43  
Isabel Vaz de Freitas 92  
Isolina Oliveira 60

### J

Joana Torres de Osório 29  
João Formosinho 98  
João Manuel Banha Correia 23  
Joaquim Machado 52 e 98  
Jorge A. Costa 21, 31, 55, 70 e 104  
José Alberto Correia 54  
José Alberto L. G. Martins 78  
José Augusto Palhares 44 e 46  
José Fragoso 61  
José Hipólito 62  
José Manuel Pinto Ferreira 49  
Jussara Bueno de Queiroz  
Paschoalino 54 e 56

### K

Klara Fernandes 82 e 101

### L

Leonel António Braz Rodrigues 81  
Leonor Lima Torres 44 e 51  
Lídia Grave-Resendes 16, 18, 61 e 87  
Liliana Soares Ferreira 83  
Liliana Sousa 61  
Luciana Mesquita 93  
Lucybel Jardim da Silva 22  
Luís Manuel T. Almeida Tavares 85  
Lurdes Dias 86

### M

M. Melo 37  
Magda Mesquita 18 e 36

Manuel Alvelos Marques 94  
Manuel Ferreira Rodrigues 24  
Manuela Jacinto 73  
Marcia Regina Mocelin 30 e 76  
Margarida Gomes 15  
Maria Cristina Coimbra 89  
Maria Emília Vilarinho 103  
Maria Fátima C. Sanches 41 e 73  
Maria de Lurdes Godinho 35  
Maria Helena Salema 28  
Maria Iolanda Fontana 30  
Maria Isabel Ribeiro 27  
Maria José Loureiro 71  
Maria Margarida Barbosa 19  
Maria Neide Sobral 57  
Maria Martins 53  
Maria Sara de Lima Dias 88  
Maria Ribeiro 58, 74 e 84  
Marta Abelha 92  
Mónica Gonçalves 27

### N

N. Pereira 37  
Natália Ramos 57  
Naura Syria C. Ferreira 30 e 76  
Nilza Costa 31 e 69

### P

Patrícia Castanheira 104 e 106  
Paula Vinhais 92  
Paulo Bernardo 64  
Paulo Delgado 49 e 50  
Pedro Moreira da Silva Neto 88  
Pedro M. Patacho 99

### R

Regina Valente 84  
Ronaldo Nunes Linhares 71  
Rosa Maria Pereira de Carvalho 52  
Rosana de Sousa Patané 90  
Rosângela Ventura 45  
Rosilania Macedo da Silva 39  
Rui Trindade 33

### S

Sandra Figueiredo 104  
Sara Filipa Silveira Pinheiro 13  
Sarita Aparecida Fortunato 76  
Sofia Marques da Silva 13  
Sofia Viseu 75  
Sónia Mendes Barbosa 56

### T

Teresa Sarmento 53

### V

Valeria M. Brasil 67  
Vera Lucia Trevisan de Souza 88  
Virgínio Sá 97 e 105

universidade de aveiro



theoria poiesis praxis